

# 1º concurso



palavras

# U

# &

# imagens

## 1º Concurso Palavras e Imagens

Aberto a psicólogos artistas de todo o Brasil, em três categorias: poesia, fotografia e artes plásticas. Os três primeiros colocados em cada categoria receberão os seguintes valores em dinheiro:

- 1º lugar R\$ 1.500,00
- 2º lugar R\$ 1.000,00
- 3º lugar R\$ 500,00

Regulamento e inscrições nas sedes do CFP e dos CRPs de todo o Brasil (e suas subseções), mediante Ficha de Inscrição preenchida, xerox da carteira do CRP e cópia fotográfica colorida 20x30 cm da obra fotográfica ou de artes plásticas (colagens, pinturas, desenhos, esculturas etc.); em caso de poesia, texto impresso e/ou em disquete. A inscrição também pode ser feita pelo Correio ou pela Internet nos sites [www.crp.org.br](http://www.crp.org.br) e [www.psicologia-online.org.br](http://www.psicologia-online.org.br). Cada participante pode inscrever até duas obras, em cada categoria.

### Inscrições até 31 de agosto

As obras premiadas ficarão expostas durante a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: "Psicologia e Compromisso Social", de 5 a 7/10/2000, em São Paulo.

### Mais informações

0800 121106

### Realização

Conselhos de Psicologia do Brasil

Apoio



Organização



Conselho Regional de Psicologia SP

Aberto a artistas usuários de serviços de saúde mental de todo o Brasil, em três categorias:

## poesia, fotografia e artes plásticas

Os três primeiros colocados em cada categoria receberão os seguintes valores em dinheiro:

- 1º lugar: R\$ 1.500,00
- 2º lugar: R\$ 1.000,00
- 3º lugar: R\$ 500,00

### Inscrições até 31 de agosto

Na sede, nas subseções do CRP SP e nas demais entidades coordenadoras, mediante Ficha de Inscrição preenchida, xerox da carteira de identidade (RG) e cópia fotográfica 20x30 cm da obra (fotografia, colagem, pintura, desenho, escultura etc.); em caso de poesia, o texto deve ser impresso e/ou entregue em disquete.

As inscrições também podem ser feitas pelo Correio ou pela Internet, no site do CRP SP, [www.crp.org.br](http://www.crp.org.br). Cada artista pode inscrever até duas obras, em cada categoria. Regulamento e Fichas de Inscrição, nas entidades coordenadoras ou no site do CRP SP

**Comissão Coordenadora:** Associação Franco Basaglia, Associação Franco Rotelli, Associação SOS Saúde Mental, Conselho Federal de Psicologia

### Realização

Conselho Regional de Psicologia SP



# 2º prêmio Arthur Bispo do Rosário

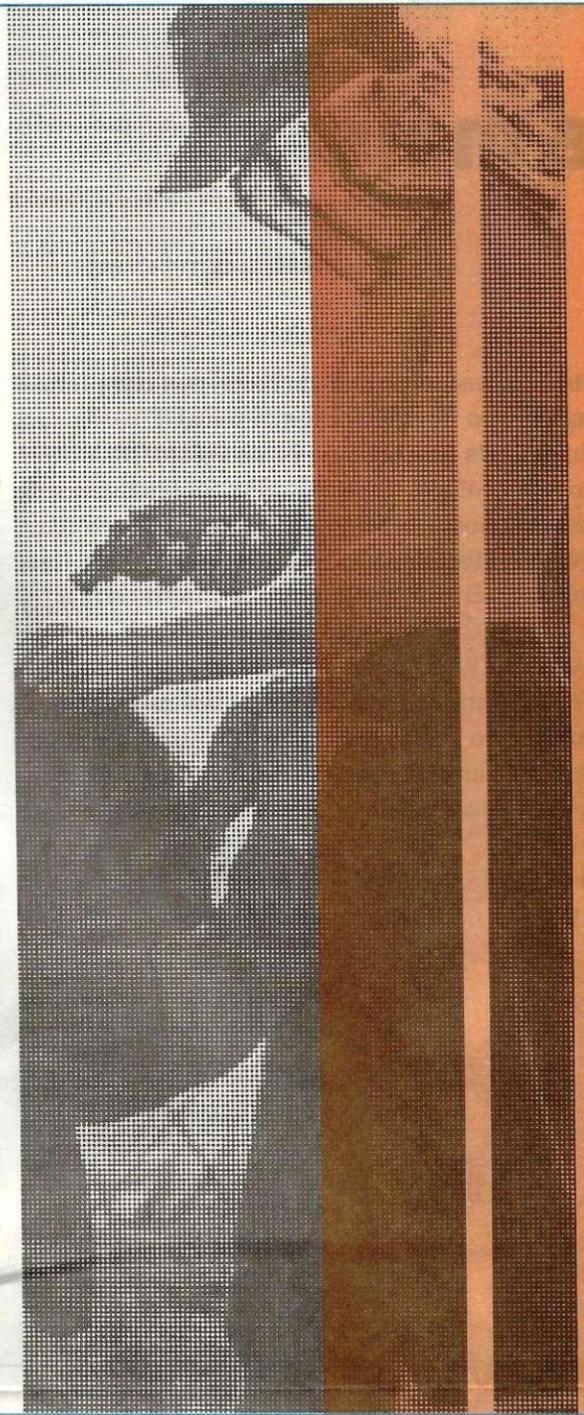
# psi

jornal de psicologia  crp sp

ano 18 • número 122 • maio / junho 2000

## Violência, epidemia nacional

Foto: Manoel Marques/Argos Press



Traficante ameaça prostituta por dívida com a compra de crack. Jd. Itatinga, Campinas, 1995

**“Cuidado! Você poderá ser assaltado a qualquer momento neste local.”**

Faixa colocada em vários bairros de São Paulo, autores não identificados.

**“O que a gente vê e ouve de noite, não comenta de dia. Quem manda aqui são eles.”**

Marlene A Rabelo, moradora na favela Jardim Rosana, SP, sobre traficantes de drogas. Isto É, 16/02/2000.

**“É um preconceito grande imaginar que a pessoa pobre é uma criminoso em potencial.”**

Gilberto Velho, antropólogo, FSP, 21/02/2000.

**“Ter arma no Brasil é sinal de status e de poder.”**

Eduardo Jorge, deputado federal, PT/SP.

**“Hoje, quem anda tranquilo pela cidade em um carro conversível? Quem usa relógio de ouro ou jóias nas ruas?”**

Carmem Mairink Veiga, socialite, Veja, 23/06/1999.

**“O movimento ‘Basta! Eu Quero Paz’ fracassou porque o objetivo tinha que ser outro, o slogan precisava ter sido outro, precisava ter outro enunciado, o verdadeiro: ‘Basta! Eu Quero Distribuição de Renda’ ou ‘Basta! Eu Quero Justiça Social’”**

Marilene Felinto, FSP, 11/07/2000.

## Índice



### Conselho Regional de Psicologia SP

**Psi Jornal de Psicologia CRP SP** é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

**Diretoria**  
 Presidente | Lumêna Almeida Castro Furtado  
 Vice-presidente | Odair Furtado  
 Secretário | Alexandre Nicolau Luccas  
 Tesoureiro | Rogério Izidro Duran

**Conselheiros efetivos**  
 André Isnard Leonardi, Bronia Liebesny, Carmem Sílvia Tavema, Katia Rubio, Leliane Gliosce Moreira, Odette de Godoy Pinheiro, Mariângela Aoki, Rachel Contrucci Alvim, Sandra Maria Sawaya, Vania Conselheiro Sequeira e Wanda Maria Junqueira Neves

**Conselheiros suplentes**  
 Ana Stella Álvares Cruz, Adalberto Botarelli, Carla Bertuol, Edinilton Santa Rosa, Elisa Sayeg, Inez Guimarães Pistelli, José Siqueira de Britto Lyra, Márcia Cabral Meireles, Maria Regina Namura, Milton Baldon, Rafaela Cocchiola, Sérgio Ozella, Sueli Pereira Pinto e Valéria Pereira

**Gerente geral** Diógenes Pepe

**Comissão de Comunicação**  
 Odair Furtado, Inez Guimarães Pistelli, Elizabeth Arouca, Katia Rubio, Elisa Sayeg e Rafaela Cocchiol

**Edição geral | redação** Luís André do Prado (MTB 2212)

**Reportagens** Cristiano Tsonis

**Revisão de textos** Leontina C. Jacubcionis

**Fotos** Márcia Zoet, Agência Argos

**Projeto gráfico e editoração** Fonte Design (11) 881 5892, 282 1944

**Ilustrações** Gilberto Tomé, Patrícia Gimeno e Ana Salles

**Impressão** Folha Gráfica

**Tiragem** 44.000 exemplares

**Periodicidade** bimestral

**Sede CRP SP**  
 Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
 cep 05410 020 São Paulo – SP  
 tel (11) 3061 9494 fax (11) 3061 0306

**E-mails**  
 Diretoria | direcao@crpsp.org.br  
 Informações | info@crpsp.org.br  
 Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br  
 Administração | admin@crpsp.org.br  
 Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br  
 Site http://www.crpsp.org.br

**Subsedes CRP SP**  
 Assis | tel (18) 322 6224, 322 3932  
 Bauru | tel (14) 223 3147, 223 6020  
 Campinas | tel (19) 243 7877, 241 8516, 243 6796  
 Ribeirão Preto | tel (16) 620 1377  
 Santo André | tel (11) 444 4000  
 Santos | tel (13) 235 2324, 235 2441  
 São José do Rio Preto | tel (17) 235 2883, 235 5047  
 Taubaté | tel (12) 233 3867, 232 9357

Expediente

<b>02</b>	<b>Editorial</b>	
	<b>Cartas</b>	
	<b>Comunicação</b>	<b>03</b> O programa “Diversidade” está no ar. Confira!
<b>04</b>	<b>Diálogos</b>	Sílvia Lane: a construção de uma Psicologia dialética
	<b>Opinião</b>	<b>07</b> A violência do ponto de vista psicanalítico
<b>08</b>	<b>Justiça</b>	A Psicologia possível dentro das prisões
	<b>Sociedade</b>	<b>10</b> O que está por trás do surto de violência em nossa sociedade
<b>13</b>	<b>Polêmica</b>	A proibição do porte de armas e o trabalho dos psicólogos
	<b>Avaliação</b>	<b>15</b> A Psicologia evita acidentes de trânsito?
<b>16</b>	<b>Livros</b>	A dor, em seus variados aspectos e dimensões
	<b>Informática</b>	<b>17</b> Computador, o melhor amigo do homem
<b>18</b>	<b>Orientação</b>	
	<b>Notas</b>	Hélio Pelegrino, Psicopedagogia, Semana do psicólogo 2000
	<b>Agenda</b>	<b>19</b>

# Vamos falar do mal que mais preocupa a população

Falar de violência é colocar o olhar numa problemática cotidiana, primeiro motivo de preocupação da maioria da população de São Paulo. Uma situação de causalidade complexa, com determinações que vão muito além daquelas apontadas pelo poder público. O enfrentamento desse conjunto de situações, que tem tirado a vida de muitos e afetado a qualidade de vida de todos, passa pela implantação efetiva de políticas públicas de qualidade - uma luta de todos nós, que não fica velha e não esgota suas bandeiras.

Nesse emaranhado de situações nas quais o enfrentamento da violência se faz prioridade, o psicólogo está presente, dan-

do sua contribuição, ajudando a construir alternativas, a abrir caminhos. Temos mostrado alguns cenários onde a violência ocorre, em números anteriores do nosso jornal. Neste, continuamos a aprofundar a discussão sobre o tema, certos de que é no esforço cotidiano que se encontra a possibilidade de transformação.

E por falar em capacidade de transformar, queremos convidar todos os nossos leitores para estarem conosco na **1ª Mostra Nacional de Prática em Psicologia**, de 05 a 07 de outubro próximos: temos já mais de 1.000 trabalhos inscritos, de psicólogos que vêm debater seu cotidiano profissional e mostrar que a Psicologia tem

assumido num crescente seu compromisso de transformação social. E na semana da passagem de 27 de agosto, Dia do Psicólogo, teremos muitas possibilidades de nos encontrar para refletir sobre o tema "Psicologia: ação para transformar". Uma série de eventos ocorrerá entre os dias 21 e 27 de agosto, na sede e nas subseções do CRP SP, incluindo debates, videoclubes, oficinas e festas... Venha comemorar conosco e contribuir para que possamos avançar na construção de uma sociedade mais justa e solidária para todos.

**Lumêna Almeida Castro Furtado**

Conselheira-presidente do CRP SP

## Cartas

### Concursos públicos

✦ Gostaria de manifestar minha profunda indignação com relação aos últimos concursos públicos realizados para psicólogos, em especial o concurso para a Prefeitura de Guarulhos, realizado no dia 16/04/2000. Além de não ter sido informado o local de trabalho em que os aprovados iriam trabalhar, a seleção foi realizada por meio de uma prova composta por 40 testes extremamente mal elaborados. Muitas questões eram baseadas em relatos bastante superficiais e confusos. Um exemplo disso, foi a exigência de que o psicólogo desse parecer sobre um determinado sujeito, sem fundamentação. Que tipo de profissional estão selecionando para trabalhar nas instituições públicas? (...) Sem comentar os baixos salários que são oferecidos e o enorme número de candidatas (5000 para 9 vagas! - o que ilustra que a classe está crescendo de uma forma descontrolada, sem poder ser absorvida pelo mercado de trabalho). É preciso que ocorra uma fiscalização do CRP SP com relação aos processos seletivos, pois não podemos compactuar com tamanho descaso.

Lais de Lima, Capital, SP

*O CRP SP não possui competência legal para fiscalizar ou interferir em processos seletivos públicos ou privados. Um procedimento possível, e que tem sido adotado, é observar se as exigências dos editais ferem a ética profissional. Caso isso aconteça, o CRP SP pede a correção do procedimento e pode até interpor com mandado de segurança, caso não seja atendida tal solicitação. Todo concurso público deve zelar pela transparência dos procedimentos adotados, como define a Constituição. Contudo, a Administração Pública tem a faculdade de promover os editais de acordo com o interesse público. No ato da inscrição, os candidatos são obrigados a assinar um termo de concordância com as regras impostas, mas isso não impede aqueles que se sintam lesados de interpor, em grupo ou individualmente, com mandado de segurança contra as administrações públicas a medida judicial cabível em face do ato considerado lesivo.*

### Assinaturas

✦ Sou estudante do quarto ano de Psicologia e queria muito saber como posso adquirir o PSI Jornal de Psicologia CRP SP. É um jornal rico, interessante e bastante útil para o conhecimento do que acontece de novo na Psicologia.

Ana Flávia, Aracaju, SE (por e-mail)

✦ Sou estudante de Psicologia na Universidade São Marcos, SP, e gostaria de receber informações de como fazer a assinatura do Jornal do CRP.

Nadir Lara Junior, Capital, SP (por e-mail)

*Agradecemos o interesse e aproveitamos para responder às diversas mensagens que nos chegam de estudantes e profissionais, não registrados no CRP SP, interessados em receber nosso jornal. O Psi Jornal de Psicologia CRP SP é distribuído gratuita e exclusivamente aos profissionais registrados no Conselho; nossa tiragem de 44 mil exemplares atende somente a esse mailing. Não há venda avulsa ou assinaturas. Após a postagem de cada edição, a sobra é distribuída na Recepção do Conselho. Estudantes que comparecerem à nossa sede poderão ter acesso às edições ainda não esgotadas.*

### Febem

✦ Por que não fazer uma manifestação pública em prol da garotada da Febem? Ou melhor, contra a inexistência de condições de sobrevivência em que eles se encontram? Eu compareci à parada de orgulho gay, no dia 25 de junho, e impressionei-me com a paz e com a força de uma massa unida, pedindo igualdade social para uma minoria. Porém, eles têm uma organização que o pessoal da Febem não possui. Não seria interessante a Psicologia sair um pouco dos consultórios e olhar para essa molecada, que está lá quieta e abandonada sem ter como reivindicar um copo de água? Acho que algum tipo de caminhada solidária poderia até envolver faculdades na organização.

Mariana Waldow, estudante de Psicologia, Capital, SP. (por e-mail)

*O CRP SP compartilha sua preocupação com a grave situação vivida pelos adolescentes internos na Febem e tem se mantido atento em defesa do respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, que este ano completa dez anos de existência. Várias atividades em torno do ECA serão realizadas no segundo semestre de 2000, culminando com uma grande mobilização na semana do dia da criança, em outubro. Acompanhe e venha somar forças conosco.*

### Bispo do Rosário

✦ Desejo apresentar meus agradecimentos pelo gentil convite enviado pelo CRP SP para participação do coquetel e da entrega dos prêmios aos concorrentes da prêmio Arthur Bispo do Rosário. (...) Acredito que o objetivo de valorizar as trabalhos de usuários dos serviços de saúde mental, como eu, foi concretizado. Os premiados ficaram contentíssimos, além de terem sua auto-estima aumentada. Recebi o certificado de participação que deixou, a mim e à minha terapeuta (minha fada madrinha que me atende no Posto de Saúde da Vila Guarany), muito satisfeitos. Muitíssimo obrigado a esse Conselho. Desejo também apresentar meus agradecimentos a todos que nos atendem, com amor, carinho e cortesia. Com ajuda de vocês, de minha esposa e filha e de amigos, consegui sair do poço em que me encontrava - poço esse no qual eu queria afogar-me. Felizmente jogaram a corda e salvaram minha vida. (...)

Rubens Colonezi, Capital, SP

*A carta comovente de Rubens reforça a importância do Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Informamos que as inscrições para o 2º Prêmio foram prorrogadas para 31 de agosto, estando abertas a artistas usuários de serviço mental de todo o país, nas categorias poesia, artes plásticas e fotografia.*

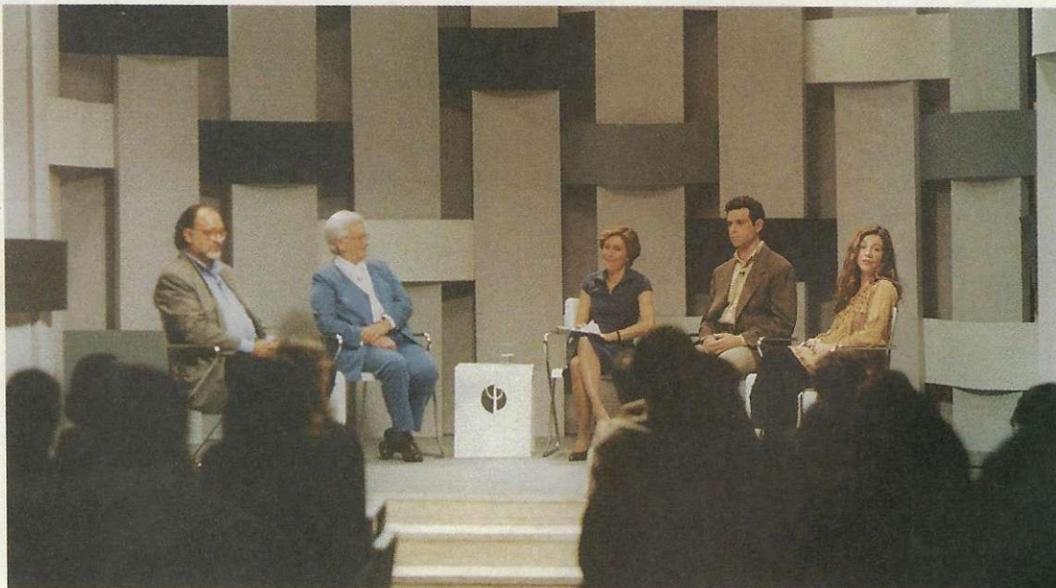
*Participem!*

# Programa de tv “Diversidade” aproxima Conselho e comunidade

Desde maio o CRP SP está no ar, via tv a cabo, com um programa que você que está na Grande São Paulo pode assistir pelo Canal Universitário, CNU, número 15 das redes Net/TVA. “Diversidade”, o nome do programa, reflete a preocupação do Conselho de apontar em direção a uma sociedade mais inclusiva, em que a discriminação às chamadas “minorias”, que nunca foram tão minoritárias assim, seja superada. O Brasil é um país diverso por natureza e por consequência de seu processo histórico de formação. Somos um país de negros, índios, asiáticos, brancos, gente de toda parte que deixou um pouco da sua cultura para formar essa nação de colorido rico e criatividade exuberante. “Queremos fazer de ‘Diversidade’ um canal de diálogo com toda a sociedade. Trata-se de um programa temático. A cada mês vamos trazer psicólogos e especialistas de áreas afins com o assunto em debate para participarem de nosso bate-papo, sempre pela perspectiva da Psicologia”, define Lumêna Almeida Castro Furtado, apresentadora do programa e conselheira-presidente do CRP SP.

Em agosto colocamos no ar o quarto programa da série, sobre “O Psicólogo e a Saúde Pública”, sempre com 30 minutos de duração. O tema do programa de estreia foi “Loucura e Preconceito”, que abordou a discriminação aos portadores de transtornos mentais e o movimento de Luta Antimanicomial. O segundo tratou do “Adolescente e a Transgressão à Lei”, comemorando os dez anos da aprovação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, e o terceiro programa abordou “A Exclusão no Mundo do Trabalho”, ou seja, as barreiras que o mercado cria para portadores de deficiência física e mental, idosos, obesos, homossexuais, negros, trabalhadores menos qualificados etc., ao contratar mão de obra.

“Esse programa é um instrumento para demonstrar à sociedade que a utilidade da análise psicológica não se limita apenas ao trabalho clínico ou terapêutico, mas que



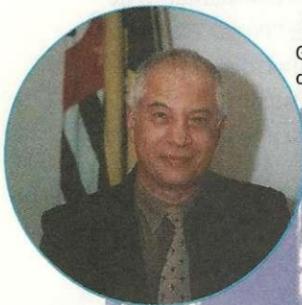
ela pode se estender à compreensão de muitos problemas, sobre os quais pode lançar novas luzes, novos pontos de vista,” avalia Gabriel Priolli, diretor-geral da TV PUC SP. “Diversidade” é resultado de uma parceria entre a TV PUC SP e o CRP SP, como parte também de uma política de realizar co-produções com entidades de educação, cultura, informação, comunitárias etc.

O CNU nasceu a partir da Lei Federal 8977, de 6 de janeiro de 1995 (a Lei da TV a Cabo). Ela consagra, no artigo 23, a criação de “canais básicos de utilização gratuita”, que se tornaram mais conhecidos como “canais de acesso público”, entre os quais estão os canais universitários e os comunitários. “O Canal Universitário deve ser oferecido gratuitamente pelas operadoras de cabo, onde quer que haja universidades. E estas devem compartilhá-lo, encontrando formas de divisão do tempo e critérios de utilização. Em janeiro de 1997, começaram as articulações pró-formação do CNU em São Paulo, capitaneadas por três instituições: Mackenzie, PUC e USP”, comenta Gabriel.

O CRP SP definiu-se por uma parceria com a TV PUC pela boa qualidade da programação e, ainda, pela identidade de objetivos entre as instituições, ambas sem fins lucrativos. As gravações de “Diversidade” serão sempre na primeira terça-feira de cada mês, abertas aos psicólogos, estudantes de Psicologia e público em geral, no auditório do Conselho. As estréias acontecerão normalmente nas segundas quintas-feiras de cada mês, seguidas por uma série de reprises, para que se possa ter muitas chances de ver o programa. Para assistir ao programa ao vivo, reserve seu lugar na Secretaria do Conselho (11) 3061-9494, ou pelo e-mail info@crpsp.org.br. As vagas são limitadas a 130 lugares. •



Participantes do Programa 1 (em destaque): Antonio Lancetti, psicólogo; Vera Vita, representante dos usuários e familiares; Jonas Mellman, psiquiatra e Isabel Cristina Lopes, psicóloga. Programa 2 (no detalhe): Marta de Toledo Machado, promotora; Luciana Cyrillo, psicóloga; Maria da Conceição Paganeli, da AMAR, e Maria de Lourdes Trassi Teixeira, psicóloga. Ao centro das fotos, Lumêna Furtado, apresentadora e presidente do CRP SP.



Gabriel Priolli, diretor-geral da TV PUC SP

## No Interior de São Paulo

Através das subdesdes, o CRP SP está buscando fazer parcerias com canais de tv nas cidades do interior de SP para retransmissões locais do programa “Diversidade”. Em Assis, o programa tem sido transmitido pelo canal 4 de Assis, que é veiculado pela TV a cabo Assis. Fitas VHS com os programas também estão a venda na sede e subdesdes do Conselho, a R\$ 12,00.

## Grade de exibições na Capital

Se você perdeu a estréia, terá outras oportunidades para ver *Diversidade*. Confira a grade completa incluindo as reprises e programe-se:

dia   horário		
10   ago 20:00	15   out 10:00	
11   ago 01:00	18   out 10:00   15:00	
12   ago 15:00	26   out 01:00	
13   ago 10:00	02   nov 01:00	
16   ago 10:00   15:00	12   nov 20:00	
24   ago 01:00	16   nov 20:00	
30   ago 01:00	17   nov 01:00	
10   set 20:00	18   nov 15:00	
14   set 20:00	19   nov 10:00	
15   set 01:00	22   nov 10:00   15:00	
16   set 15:00	30   nov 01:00	
17   set 10:00	10   dez 20:00	
20   set 10:00   15:00	14   dez 20:00	
28   set 01:00	15   dez 01:00	
08   out 20:00	16   dez 15:00	
12   out 20:00	17   dez 10:00	
13   out 01:00	20   dez 10:00   15:00	
14   out 15:00	28   dez 01:00	

## Gravações e estréias/Capital

temas	gravação	estréia
Saúde Pública	01   ago	10   ago
Redução da Idade Penal	05   set	14   set
Psicologia e Compromisso Social	03   out	12   out
A definir	07   nov	16   nov
A definir	05   dez	14   dez

# Uma psicologia para **transformar**



Profª Sílvia Lane, em sua residência em São Paulo, 2000

Ela não é registrada como psicóloga, mas atua como professora e pesquisadora de Psicologia desde os anos 50. Formada em Filosofia pela USP em 1956, Sílvia Tatiana Maurer Lane se destaca no ensino da Psicologia Social brasileira. Escreveu, entre outros, os livros “Psicologia Social: O Homem em Movimento”, “Novas Veredas em Psicologia Social” e estará lançando em breve “Arqueologia das Emoções”, pela editora Vozes. Teve participação ativa na criação da Associação Brasileira de Psicologia Social, Abrapso, e estava entre as lideranças do movimento que, em 1968, reestruturou o ensino de Psicologia na PUC SP, onde continua trabalhando como professora titular do Programa Pós-graduado de Psicologia Social. Nesta entrevista, Sílvia conta sua trajetória a Bader Sawaia, da PUC SP; Maria do Carmo Guedes, da PUC SP e da Fundação Aniela e Tadeu Kinsberg; Antônio da Costa Ciampa e Mitsuko Aparecida Antunes, ambos da PUC SP e da Universidade São Marcos.

**Maria do Carmo Guedes** - *Nós fizemos o curso de Filosofia na mesma época e, na ocasião, não me interessei por Psicologia. Como você foi parar em Psicologia?*

**Sílvia Lane** - Quando estava no quarto ano da Faculdade de Filosofia, consegui uma bolsa, num sistema pelo qual meu currículo passaria por diferentes universidades nos Estados Unidos e eles é que escolheriam quem queria me receber como *foreign student*. Fui escolhida pelo Wellesly College, um dos sete melhores *colleges* femininos da época. Tinham passado por lá a Madame Chan Kay Chec, as filhas do Rockefeller... (risos) Fui tremendo nas bases, mas foi uma experiência boa. Era bem perto de Boston, ao Norte dos EUA, e a democracia era um pouco melhor do que no resto do país. Fiquei lá entre 1955 e 1956 e fiz boas relações. Na parte de Psicologia, fiquei meio resabiada. Eu perguntava: “Mas vocês não estudam Piaget?” Também tinha uma boa formação em Lewin, esquecido por eles. Então, a parte da Psicologia realmente não me acrescentou muito.

**Maria do Carmo** - *Na Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, o que mais chamou sua atenção?*

**Sílvia** - Os cursos da Carolina Bori e do Dante Leite mexeram comigo; porém eu também estava mais voltada para a Filosofia. Cruz Costa e Lívio Teixeira eram os meus grandes mestres. Quando recebi a proposta de ir para os Estados Unidos, perguntei ao Cruz Costa o que ele achava. Ele disse: “Não perca esta chance, porque ver o Brasil de fora é ter uma outra visão do seu país.” Para mim foi decisivo, tanto é que não fui preocupada em estudar Psicologia, mas em viver numa outra cultura e olhar para o Brasil de longe. Logo que eu voltei, o Joel Martins me chamou para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, CRPE, para ajudar a instalar a divisão de Psicologia Educacional. Eu sempre adorei pesquisa e não titubeei. Foi um período muito gostoso. Formei-me em 1956 e trabalhamos, acho que a partir de setembro, planejando o setor. Em 1957, começamos

a convidar outras pessoas para trabalhar com a gente. Fiquei lá até 1960, pois teve uma série de problemas. E mais: eu decidi casar e não sabia nada de cuidar de casa. Achei que tinha de enfrentar outro tempo integral: a atividade doméstica. Então, fiquei uns anos parada.

**Maria do Carmo** - *O trabalho no CRPE poderia tê-la conduzido para a Psicologia da Educação, mas você foi para a Social.*

**Sílvia** - Aí você foi a responsável.

**Maria do Carmo** - *Eu?*

**Sílvia** - Sim, senhora! (risos) Quando, em 1965, você me chamou para a PUC SP, você me disse: “Estamos precisando de um professor de Psicologia Social e Personalidade.” Eu disse: “Bom, tenho disciplinas de Personalidade feitas lá nos Estados Unidos e de Psicologia Social tenho alguma coisa, dada por Anita C. Cabral.” Daí entrei na PUC dando essa disciplina. Eu não gostava dessa junção, então pedi ao Raul de Moraes, coordenador na época, para desmembrar. Queria dar duas disciplinas distintas, porque achava que a Psicologia Social tinha que ser mais voltada para a pesquisa e a Personalidade era essencialmente teórica. E fiquei com as duas disciplinas separadas. Daí, quando saí em licença maternidade, para o nascimento de minha filha Lilian, disse: “Poxa! Também querer ficar com as duas disciplinas é muita coisa.” Optei por Psicologia Social e deixei Personalidade para a Neide Sollitto.

**Bader** - *Em 1968, eu estudava no Sedes Sapientiae e ouvia falar da forma como você atuava. Vocês pararam a Psicologia naquela época...*

**Sílvia** - É, 1968 foi aquele bendito ano de belas experiências... Na Psicologia, fomos todos nós; os professores que lideraram o movimento. A Ana Maria Poppovic teve um desempenho sério e formamos comissões paritárias, de professores e alunos, para tentar uma experiência nova. O desafio vinha da França, de ensino e pesquisa, teoria e prática... Naquela época, a gente ouvia alunos da USP ou de outros

# a sociedade



“Se assumimos que a transformação social só se dará eticamente, quem mais do que nós psicólogos tem essa arma na mão? É exatamente esse pensar ético que deve estar presente onde o psicólogo estiver atuando.”

setores dizendo: “Gozado, nós aqui é que fazemos a revolução, lá na PUC são vocês, professores.” (risos) E foi uma experiência que mudou todos nós. Mudei minha forma de ensinar drasticamente. Aquela relação de dominação (“Eu sou professor, sei tudo; você é aluno, tem que aprender comigo”) foi quebrada, um marco na história da PUC. Se a PUC é o que é hoje, isso começou em 1968. Antes, tivemos problemas muito tristes com a Reitoria, com a dominação da Igreja sobre o ensino... Houve um avanço e uma democratização.

**Bader** - Quando você começou com Skinner?

**Sílvia** - Quando me meti a fazer minha tese de doutorado. Meu problema era a linguagem, e não podia deixar de ler o “Comportamento Verbal” do Skinner, o que me deu muita dor de cabeça (risos). Eu ficava bravíssima, porque não conseguia rebater coisas que ele colocava, que estavam óbvias... Na hora da defesa, o Joel Martins ironicamente disse: “Pelo jeito, você anda namorando o Skinner!” (Risos.) Saí do Osgood e fui buscar apoio no Skinner... E acho que ele me ensinou muito, como o respeito ao empírico, que mantenho e ensino aos meus alunos. O mérito dele foi nos ensinar a coletar e a respeitar a fidedignidade do dado empírico. Quando a gente parte para uma pesquisa qualitativa, é tão fácil adjetivar, qualificar, mas esquecemos a base, o fato empírico.

**Antônio Ciampa** - A imagem que você me deixou foi a de que Skinner ia por um lado e Kurt Lewin por outro, mas que no fim eles se encontravam.

**Sílvia** - Isso está em alguns textos meus. Quando ficou claro para mim que havia uma contradição entre subjetividade e objetividade, os dois grandes representantes dessa contradição eram o Lewin e o Skinner. O Lewin partiu da fenomenologia à procura da subjetividade, entendendo o sujeito dentro de um contexto. Partiu de uma premissa sem saída experimental. Dizia: “É real aquilo que tem efeito”.

No modelo experimental, quando se observa o efeito, o que o causou já desapareceu, pelo menos no esquema da Psicologia Social. Na teoria de campo dele, a subjetividade ficou estancada. Já o Skinner parte rigorosamente da objetividade, que vai constituir a ciência. Ele diz: “Não é que uma caixa escura não contenha nada, é que não podemos observar o que tem lá dentro”. Para a ciência, aquilo que não podia ser observado não valia. O Skinner tem seus namoros com a subjetividade também, principalmente com *Verbal Behavior*, quando resgata o pensamento como um comportamento. Mas os dois param. Quando tive consciência disso, pensei: “Tenho que encontrar uma superação”. E, sem dúvida, é a dialética que dá a superação. Se eles são opostos, a unidade dos contrários passa a ser o meu objeto de estudo, ou seja, eu não posso dicotomizar a subjetividade e a objetividade. Portanto, acho que tanto o Lewin como o Skinner têm os seus méritos, pois vão permitir esse salto. Se eles não existissem, duvido que nós pudessemos ter conseguido trabalhar a Psicologia numa nova linha.

**Mitsuko Aparecida Antunes** - Que mudança de caminho você buscou para a Psicologia Social?

**Sílvia** - Como quase sempre, o desafio veio dos alunos. Eu dava aulas na graduação, meio insatisfeita. Desenvolvíamos pequenas pesquisas com os estudantes utilizando revistas, histórias em quadrinhos, ou na rua mesmo, esperando que eles conseguissem dizer: “A teoria não está funcionando, não está valendo para nós. “Mas eles pegavam da realidade aquilo que convinha e davam como exemplos da teoria. Eu disse: “Assim não é possível, não está certo.” Uma crítica mais sistemática tinha que ser feita, mas não podia ser com os alunos da graduação. Achei que podia fazer isso na pós-graduação. Então, comecei uma leitura crítica de vários autores, buscando perceber o quanto eles davam ou não conta da nossa realidade. Foi interessante, por-

que, ao mesmo tempo, a mesma coisa estava acontecendo em outros países da América Latina. A insatisfação com a Psicologia Social tradicional era mais ou menos generalizada, porque ela está colada na ideologia norte-americana e só dá conta de explicar os comportamentos do cidadão norte-americano. Quando vinha para a América Latina, ficava solta no ar.

**Mitsuko** - Essa nova Psicologia Social foi criticada por alguns como sendo não uma ciência, mas uma ideologia política.

**Sílvia** - Literalmente, foi dito que era política. Quando enveredei por uma construção nova, tinha um desafio grande. Eu fiz um belo curso de Filosofia com o Cruz Costa sobre Marx. E os filósofos, quando viam a gente se interessar pela Psicologia, diziam: “O que vocês vão fazer nessa ciência ideológica?” Eu pensava: “Ideológica por que?” Isso ficou mexendo comigo por muito tempo. Sem dúvida, o marxismo como postura epistemológica estava na minha cabeça e foi um desafio encontrar um veio marxista para desenvolver uma nova Psicologia Social.

**Maria do Carmo** - Quando o MEC deu os primeiros registros para psicólogos, não nos interessamos. Depois, seria fechado o registro para quem não tinha curso e a Carolina Bori nos forçou a montar um processo. Levamos um “não” redondo. Sempre achei que ela nos pôs de bodes expiatórios. Queria provas de que a Psicologia que estava sendo criada era só de terapeutas e que, para eles, pesquisadores não eram psicólogos.

**Sílvia** - É possível. Naquela época, quem aplicava o Raven aí, adoidado, tinha registro de psicólogo. E nós que estávamos trabalhando com escalas de escolaridade, não! Acho que esse “não” valeu para uma coisa. Nós nos definimos: somos professoras de Psicologia e ponto! Assumimos que nós não queríamos exercer a profissão de psicólogo, tida basicamente como clínica.

**Maria do Carmo** - Pode nos contar sobre a criação da Alapso e da Abrapso?

**Sílvia** - A criação da Abrapso, Associação Brasileira de Psicologia Social, ocorreu formalmente em 1980. A Alapso, Associação Latino Americana de Psicologia Social, já existia há alguns anos. Foi criada num congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, em Montevideu, ao qual eu não fui. Soube pelas pessoas que ela tinha sido proposta pelo Aroldo Rodrigues, assumindo ele a presidência. E a Alapso continuou existindo nominalmente, sem fazer nada. Tivemos, depois, exemplo da Venezuela, com a Avepso, uma associação nacional de Psicologia Social muito forte. Aí começamos a questionar, na própria SIP, Sociedade Interamericana de Psicologia, o que significava a Alapso, com um presidente eleito por cinco votos da América Latina inteira? Parecia mais um pretexto para conseguir viagens... Era preciso fortalecer as associações nacionais e ter uma Alapso como decorrência delas. Essa foi a proposta que saiu da SIP. Vindo para o Brasil, nós só tínhamos como base institucional a Alapso. Então, fizemos um encontro na

PUC e propusemos a criação da Abrapso, Associação Brasileira de Psicologia Social. O Aroldo Rodrigues saiu batendo o pé, foi embora; não podia admitir isso... (risos) Ele se sentiu traído, mas o que a gente estava querendo era dar base sólida para uma Alapso. Em Buenos Aires, mais tarde, em 1989, voltou-se a discutir a função da Alapso. A idéia era de que ela promoveria encontros fechados sobre temáticas específicas, com as entidades nacionais, oferecendo assim um panorama geral do que era produzido na América Latina. Mas um cidadão mexicano assumiu a presidência da Alapso há não sei quantos anos e não abre mão dela. (risos) Ninguém consegue tirá-lo da presidência e a Alapso não foi revista por causa de uma bobagem.

**Mitsuko** - *E como se deu a sua famosa viagem pela América Latina?*

**Sílvia** - Eu tinha mandado correspondência para Pittsburg, um centro de documentação bibliográfica nos EUA que tinha de tudo de Psicologia, e recebi uma carta-convite para ir lá como professora. Naquele ano, o Reagan foi eleito presidente e eu disse: "Não vou para um país onde o Reagan é presidente, de jeito nenhum". Aí a Maria do Carmo me propôs: "Vamos fazer um pedido para o CNPq para um intercâmbio científico com países da América Latina." Eu disse: "Opa, bem melhor. Vamos ouvir de viva voz o que está acontecendo". Para espanto nosso o CNPq aprovou, e foi uma maratona!

**Maria do Carmo** - *Para ter a aprovação do CNPq, tínhamos que ter convite formal de uma universidade em cada país. Mas o que queríamos ver não devia estar dentro delas. Então, a gente fazia uma primeira reunião numa universidade, descobria o que existia fora e, durante o resto da semana, íamos atrás desses projetos.*

**Sílvia** - Lembro bem da Gladys Montecino, no Peru, que nos pôs em contato com todos os movimentos existentes lá, inclusive os femininos que estavam numa briga tremenda. Foi um susto. A mulher era sempre considerada como dependente, do pai ou do marido. E mais, ela não precisava ir à escola. Só se os pais quisessem. Vimos o trabalho de Falsborda na Colômbia



Sílvia Lane: "Alguém indiferente às coisas está negando a própria vida, a emoção, o afeto! Isso é terrível!"

e na Venezuela, que está na origem daquele curso lindo que tem a Universidade Simón Rodríguez, da Venezuela, onde não tem as categorias professor/aluno... Fizemos nosso roteiro evitando os países sob ditadura; então nós não fomos para a Bolívia, Chile e Argentina.

**Mitsuko** - *Essa viagem tem relação com o seu trabalho posterior de Psicologia comunitária?*

**Sílvia** - Claro. Porque a Psicologia comunitária era o campo ideal para a pesquisa participante. Quer dizer, ao mesmo tempo em que você trabalha e intervém numa comunidade, para que ela cresça enquanto consciência e ação, você também aprende com ela a analisar os fatos que estão lá. No fundo, todo trabalho de Psicologia comunitária pode ser também de pesquisa participante. O Vigotsky dizia: "Uma nova Psicologia só se constrói fazendo pesquisa." E eu acho que é isso, essa pesquisa é incessante.

**Ciampa** - *Como seu aluno, em 1965, primeira turma, vejo em sua carreira uma coerência ética, um avançar sem dogmatismos. O que você vem perseguindo e como vê as possibilidades da Psicologia agora?*

**Sílvia** - Procurei entender, primeiro, como se formam os valores nos seres humanos, como eles se dão e orientam o cotidiano das pessoas. Descobri as raízes da emoção. Vigotsky ajuda com as funções superiores, relacionando emoção e palavra, linguagem e pensamento etc., e assim você consegue desenvolver a memória e a imaginação. Essas são as duas grandes chaves; fico encantada com a questão da imaginação, base da criatividade artística. Agora, a imaginação também é a base das nossas utopias sociais. Imagino uma sociedade como gostaria que fosse, e acho que sou capaz de criticar os meus valores arraigados e tentar desenvolver novos valores. Esse é o desafio, esmiuçar como se dão os processos, não só na formação de valores, mas na mudança de valores. Sem esquecer que eles vêm carregados de muita história - a familiar, a social -, e não é

fácil mudar. A não ser que a pessoa assuma, realmente, uma reflexão crítica. A atividade estética ajuda no repensar a sociedade, na criação do novo. Parece, então, que só artista - e artista bem sucedido - pode fazer isso! Mas será que nós não podemos também? Aí surge outro dilema, outra contradição: entre imaginação e fantasia. A fantasia leva à alienação, é destrutiva, porque perde os vínculos com o real, enquanto que a imaginação tem os pés no real, no cotidiano. Outro desafio que surgiu há pouco tempo é a apatia, o desinteresse. Alguém indiferente às coisas está negando a própria vida, a emoção, o afeto! Isso é terrível! Como se forma um sentimento de indiferença? Ele é a morte, é virar um robô. São desafios nos quais temos que aprofundar, pesquisar. Se assumimos que a transformação social só se dará eticamente, quem mais do que nós psicólogos tem essa arma na mão? É exatamente esse pensar ético que deve estar presente onde o psicólogo estiver atuando.

**Ciampa** - *Você acabou de se definir em torno de uma utopia. Vou usar uma frase da Hannah Arendt para fazer uma provocação: "O oposto do homem religioso não é o ateu, é o indiferente." Você se considera uma pessoa religiosa? (risos)*

**Sílvia** - No meu livro que está para sair agora, "Arqueologia das Emoções", me deparei com a questão da religião e refleti muito. Religiosidade é um sentimento que todo mundo tem, inerente a todos nós de alguma forma. Tenho uma certa restrição à religião institucionalizada, porque é poder, domina... Mas a religiosidade tem que existir. Identifico-me com a humanidade como um todo; o que puder fazer em termos de humanidade, estou lá. Outras pessoas assumem a ecologia como algo religioso, querendo salvar a natureza para salvar a humanidade. Tudo aquilo que você deseja e faz em função de um bem comum, de um bem universal, é religioso. Nesse sentido, sou religiosa sim. Não me considero uma atéia, de jeito nenhum. ●

# O que pode um analista dizer **sobre a violência?**

Terapêutica do sujeito, a psicanálise é, também, uma teorização da relação do sujeito com o mundo. Acredito que as transformações sociais interessam à psicanálise tanto em sua prática quanto em sua teoria, razão pela qual o psicanalista, interpelado pelo mal estar na civilização, não pode se abster de testemunhar e interpretar o que lhe parece acessível. Sua responsabilidade se situa tanto no nível da clínica quanto no do social, uma vez que nenhum sintoma se forma sem essa implicação social, à condição que diga respeito ao real. Acredito que o analista não pode evitar de pensar o político e o social em seus fundamentos. Também não pode se permitir nada querer saber daquilo que se passa em torno dele, uma vez que, quer queira quer não, acabará sendo interpelado pelos acontecimentos. O que o analista acolhe em seu consultório são justamente os efeitos desse mal estar, sob a forma de sintoma, o qual se situa em uma zona de interseção entre o mais íntimo do sujeito e o discurso universal no qual se inscreve.

Eis porque, quando me pediram para escrever algumas linhas sobre a violência, aceitei de pronto; por acreditar que o analista não pode se furtar à necessidade de refletir sobre a proliferação da violência que vem caracterizando nossa sociedade, dominada pelo primado da técnica e da imagem. Freud jamais aceitou reduzir a psicanálise ao desenvolvimento normal e patológico do indivíduo, deixando às outras ciências humanas o estudo daquilo que diria respeito ao coletivo. Muito pelo contrário. Sempre tentou alargar o campo de competência de sua descoberta. Nunca deixou de articular singular e coletivo, nunca aceitou a clássica distinção entre individual-singular de um lado e social-coletivo do outro.

A realidade psíquica freudiana não se opõe à realidade exterior na qual, em nossa tradição ocidental, se costuma situar o cultural, social e político. Na medida em que se constitui através da mediação primeira ao outro, a realidade psíquica inclui o social e não apenas através da transmissão dos elementos da cultura e história que guiam a apreensão e inteligibilidade do mundo pelo sujeito, mas principalmente pela constituição do recalcado originário em torno do qual este, num primeiro momento, estrutura sua relação de desejo ao outro e a imagem que faz de si mesmo. Com seu conceito de realidade psíquica, Freud criou a possibilidade de uma articulação teórica entre subjetivo e social, singular e coletivo, capaz de dar conta da tensão do mal-estar, como diz Weil (1997), frutos da dupla polaridade que ordena a existência humana: a lógica inconsciente do devir da pulsão e do desejo, a imposi-

ção dos ideais e da lei no devir narcísico do sujeito, suas escolhas objetivas, sua participação nos objetivos da sociedade e da cultura.

Nos textos freudianos que falam do social, é perceptível o deslocamento operado pela psicanálise em relação às ciências humanas. Lá onde essas se debruçavam sobre a relação da pessoa com o mundo, Freud introduziu a implicação subjetiva nos problemas sociais e políticos, uma vez que a psicanálise fundamenta sua experiência naquilo que o sujeito vive como sofrimento ou impossibilidade de relacionamento com o mundo e com o outro, ressentida como uma dificuldade de ser.

Foi com "Totem e Tabu" que Freud inaugurou sua teoria do fundamento do social e da cultura, afirmando que a sociedade nasceu de um crime do qual a humanidade não se libertará jamais, uma vez que de certo modo foi o mero prelúdio de uma série de assassinatos que parecem ser o corolário normal da existência humana em sociedade. Freudianamente falando, a humanidade nasce de um assassinato e o crime é fundador, logo não tem como a violência não estar no âmago do humano, cada um de nós carregando em si o germe da guerra civil. Para ele, a fraternidade está fundada na segregação e o amor do semelhante no ódio do diferente.

Todo o esforço de Freud consiste em mostrar que a civilização consiste em uma série de transformações sucessivas da violência, em que esta não cessa de emergir e retornar. Em outras palavras, uma comunidade, seja ela qual for, exerce violência permanente para se constituir, se manter e se transformar.

A trágica história do último século só fez confirmar a percepção freudiana da natureza humana. Nesse início de um novo século, as constatações de Freud nada têm de anacrônico e as mudanças de nosso tempo parecem todas convergir para uma degradação do laço social. Em todas as grandes metrópoles, encontramos homens, mulheres e crianças mendigando por um pouco de comida ou partindo para a agressão para conseguir sua dose de crack. Violência deles contra a sociedade, violência da sociedade contra eles. No que diz respeito às reações afetivas que o encontro cotidiano com a violência e miséria provocam em nós, efeitos do mal-estar na civilização sobre nossa subjetividade, o que chama minha atenção é que nossas reações cada vez mais têm sido de medo e menos de culpa e revolta.

O cidadão moderno parece estar sem rumo. Parece que os medos substituíram os projetos. Medo de tudo: do desemprego, da violência, da AIDS, das drogas ou da poluição. Lá onde até pouco tempo atrás tinha a possibilidade de lutar coletivamen-

te contra o patrão ou uma classe social, hoje parte para a violência contra aquele que imagina estar impedindo sua felicidade, roubando algo que no fundo nunca lhe pertenceu.

A perda de fé num futuro que, em termos de representação, tornou-se aleatório, enigmático e indecifrável faz com que a depressão, mais que uma miséria afetiva, venha se transformando num modo de viver. E é quando faltam projetos de vida que façam laço entre o singular e o social que, em vez de sonhos e utopias, escolhe-se um bode expiatório culpado por todos os males. É o que temos visto constantemente da Candelária às revoltas da Febem. Parece-me que essa degradação dos laços sociais, enquanto analistas, não pode nos deixar indiferentes. Nossa responsabilidade vai no sentido de possibilitar um redirecionamento para a civilização. Isso implica em reconhecer que os objetivos de uma civilização do respeito são claros e explícitos: residem na redução da violência a suas formas aceitáveis, na não humilhação do outro, na razão como direito ao exame crítico e no princípio de reconhecimento do outro, condição para que a diversidade cultural implique no reconhecimento da universalidade dos valores da civilização.

**Caterina Koltai**  
psicanalista

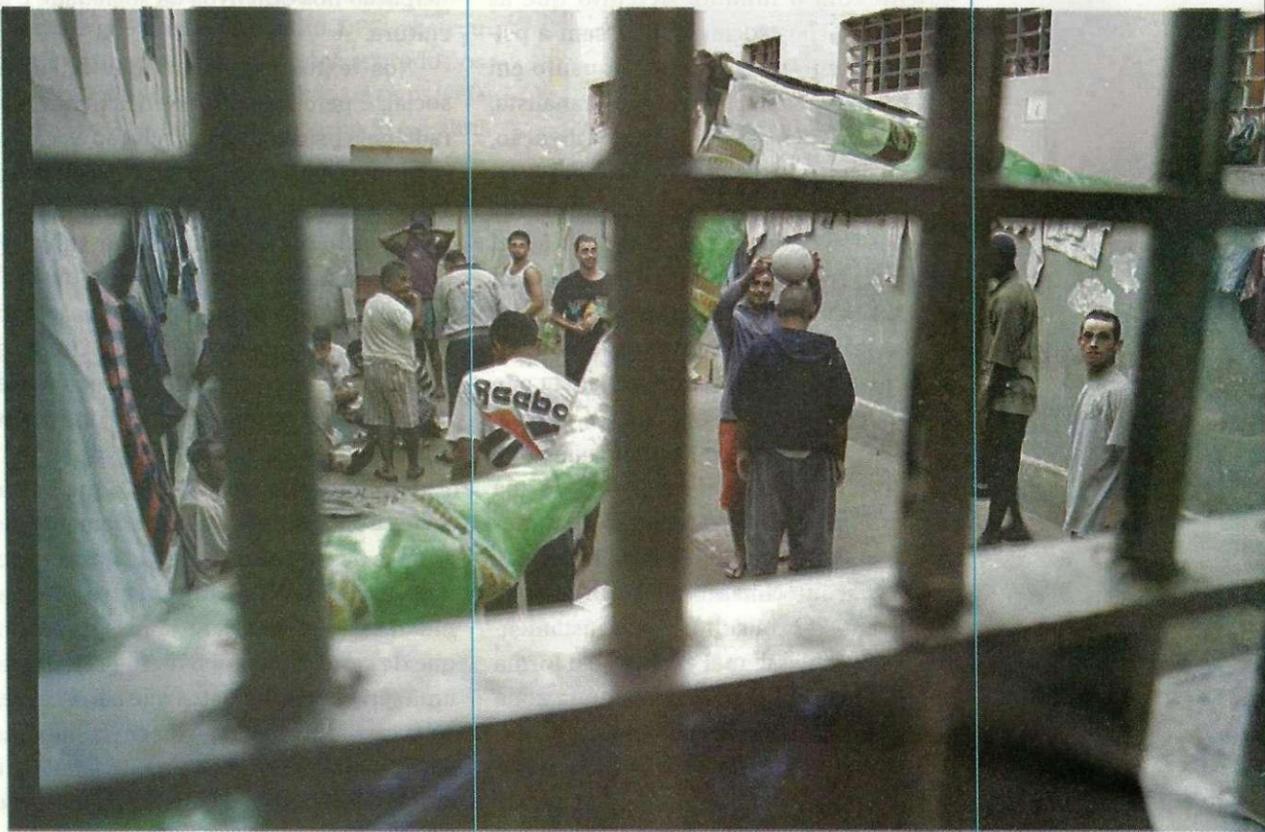
# Psicologia em presídios é rotina de pressões

Os psicólogos são profissionais que integram as CTCs – Comissões Técnicas de Classificação, responsáveis pelo exame criminológico dos indivíduos condenados à prisão pela Justiça (Lei de Execução Penal, nº 7.209, de 11 de abril de 1984). Eles atuam juntamente com psiquiatras, advogados, assistentes sociais e funcionários das unidades prisionais. A legislação prevê a realização de avaliações psicológicas na entrada dos sentenciados, realizadas nos COC – Centros de Observação Criminológica, além de observações continuadas ao longo da execução da pena, os chamados “pareceres”, que teriam o objetivo de oferecer aos juízes e interessados uma avaliação de como estão se desenvolvendo os presos. Também são realizados exames periciais em caso de progressão de regime de pena ou de indulto. “Nossa legislação na área é uma das mais evoluídas do mundo; talvez seja por isso que ela não é cumprida”, ironiza Rosalice Lopes, doutoranda do Instituto de Psicologia da USP, ex-psicóloga do COC e da Casa de Detenção.

O descumprimento da lei é um fato e, aliás, muito comum no Brasil em diversas áreas. Na maioria das unidades prisionais os psicólogos não se dedicam a esse acompanhamento dos presos determinado no papel. Eles basicamente se dedicam a realizar os exames para progressão de regime de pena, uma tarefa imprescindível para orientação dos juízes. Essas avaliações deveriam ser compostas de entrevistas mas, na prática, resume-se a um único contato com o detento. Em alguns casos, existe a aplicação de testes, normalmente o Rorschach e o HTP. Na maioria das vezes, em função da dinâmica da instituição prisional, nem essa aplicação de testes é possível. “Nessas condições, pode-se dizer que atualmente o psicólogo apenas passa informações aos juízes e não uma avaliação psicológica. Como podemos avaliar com apenas uma entrevista? Apesar disso, acredito que essas informações tenham

Preso em penitenciária de Porto Alegre, 08/06/2000

Foto: Marcos Peon/Folha Imagem



Presos rebelados no pátio interno da penitenciária de Leme, SP. 07/06/2000

peso enorme nas decisões dos magistrados”, afirma Rosalice.

A opinião é compartilhada por Elcio dos Santos Sequeira, membro da Comissão de Justiça do CRP SP: “A Lei fala em acompanhamento da pena e define que os laudos seriam necessários apenas em alguns casos. Mas a pressão de juízes e diretores das penitenciárias minimiza a atuação do psicólogo”, ele afirma. A Pastoral Carcerária e os Conselhos Regionais de Psicologia, de Medicina e de Serviço Social vêm discutindo essa situação e em breve estarão apresentando alternativas para mudar esse quadro.

Levantamento feito no ano passado pela Secretaria de Estado da Administração Penitenciária indicou a existência de 273 psicólogos trabalhando nas unidades prisionais do Estado de São Paulo. Desse total, cerca de 81% são mulheres. O trabalho nesses locais é difícil, uma rotina de pressões constantes. “Os psicólogos, assim como os outros técnicos, não têm nenhum treinamento anterior ao assumir seus cargos e muitas vezes ficam perdidos até entender a instituição onde trabalham. As leis internas do presídio são diferentes de tudo que se possa imaginar”, observa Elcio:

Rosalice entende que “os psicólogos estão abandonados nas penitenciárias”. Para ela, a primeira questão a ser enfrentada é a da neutralidade profissional nas avaliações. “Um profissional, muitas vezes recém-formado, enfrenta um desafio diá-

rio aos seus valores pessoais, em tarefas como analisar com isenção um estuprador, um seqüestrador ou um assassino. Nesse processo, sofre uma grande pressão interna; é preciso uma reflexão constante”, comenta. Além das internas, pressões externas contribuem para acirrar ainda mais essas dificuldades. Imersas em regras disciplinares rígidas e sob vigilância permanente, as penitenciárias não oferecem um ambiente adequado ao trabalho da Psicologia.

Rosalice conta que no COC tinha o privilégio de dispor de uma sala para fazer seus atendimentos, fato incomum na maioria das prisões. Mesmo assim, aplicar testes ou fazer entrevistas a portas fechadas com detentos era um transtorno. “Havia enorme inquietação por parte dos guardas, que alegam questões de segurança. Isso quando as cobranças não vinham com um claro teor de preconceito. Numa unidade prisional, somos mais um personagem do encarceramento, com a diferença de que saímos todos os dias”, ela compara. O que a Comissão de Justiça do CRP SP e diversos grupos de profissionais que atuam na área vêm buscando são formas de atuação diferentes das que aprisionam o psicólogo atualmente, como a que vem sendo realizada no Presídio de Franco da Rocha (leia texto a seguir). “Sofremos pressões dos sentenciados, da diretoria e dos juízes para fazer laudos. Os profissionais que não propuserem outras atividades, ficarão presos a essa única tarefa”, afirma Elcio. ●

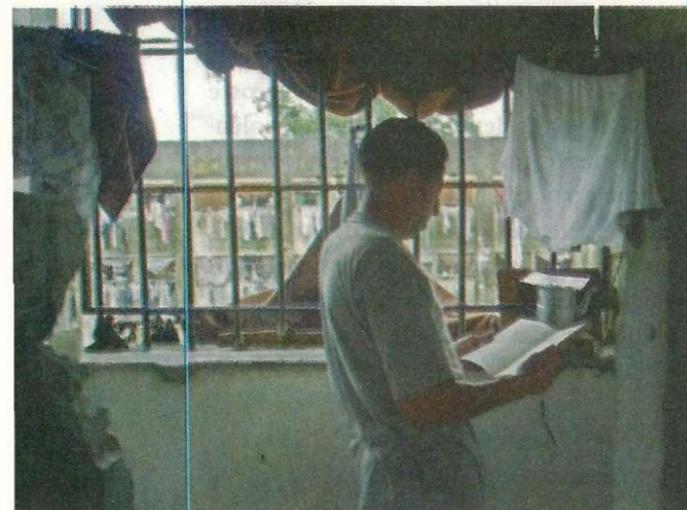


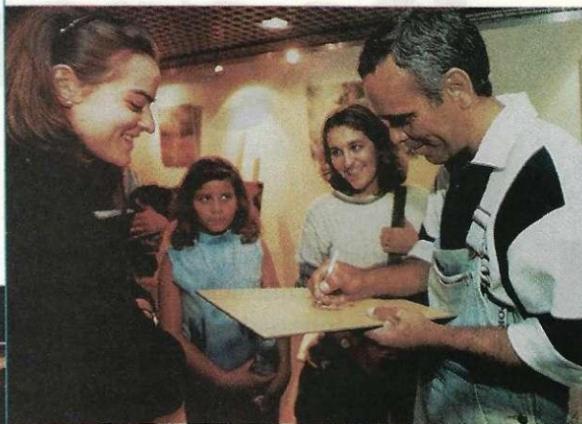
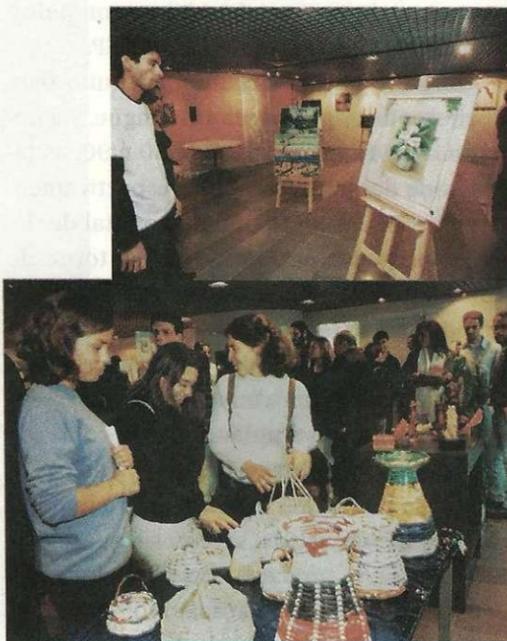
Foto: Caio Gatelli/Folha Imagem

Inovação

## Detentos produzem arte em Franco da Rocha

Uma experiência inovadora vem sendo desenvolvida no Presídio de Franco da Rocha, município da Grande São Paulo. Trata-se de uma unidade de regime semi-aberto, onde são desenvolvidos trabalhos com os presos em Unidades de Produção e Grupos de Apoio. "O detento vem dos regimes fechados com a idéia de que o psicólogo é uma máquina de fazer laudos. Ele acredita que precisa ser perfeito na nossa presença, afinal, vamos emitir um laudo sobre ele. Em Franco da Rocha, procuramos fazer um trabalho mais humano e a diretoria está nos proporcionando grande abertura", comenta Milton Santos Santana, psicólogo que atua no presídio. Funciona ali, por exemplo, uma Unidade de Produção reunindo artistas que vêm obtendo resultados de ótimo nível em pinturas, esculturas, entalhes etc. "Tentamos resgatar a identidade do preso, que está fragmentada quando ele entra no presídio. O estímulo à criação é um ótimo aliado", relata.

Um convênio entre a Faculdade de Psicologia da PUC SP e o Presídio abriu oportunidade para o desenvolvimento de um estágio prático para alunos do 4º ano, coordenado pelo professor Fábio de Oliveira, do Núcleo de Trabalho e Produção. "Tiramos o estágio do papel; ao entrar no Presídio não tínhamos noção sobre o que fazer. Constatamos que os sentenciados trabalhavam com arte e formamos um grupo. Eles tinham intenção de formar uma cooperativa e a idéia se solidificou", comenta o estagiário Paulo Roberto Machado. Deu certo: o trabalho dos



Acima: Jefferson Andrade da Silva, um dos detentos que participam da oficina de artes do presídio de Franco da Rocha; à esquerda, a exposição das obras dos detentos de Franco da Rocha ocorrida na PUC-SP; no detalhe, obra entalhada em madeira de Antônio Hermes de Souza.

detentos foi apresentado ao público durante uma exposição realizada no Saguão da Biblioteca da PUC SP, aberta em 5 de junho. Entre as obras expostas, estavam as esculturas e entalhes em madeira do detento Antônio Hermes de Souza, que começou seu trabalho usando um cortador de unha. "A arte me abriu horizontes; além disso, a cooperativa será uma oportunidade para voltarmos para a sociedade", aposta.

A experiência aponta para as contribuições que a universidade pode oferecer no trabalho dentro das penitenciárias. Além da capacitação de profissionais e o arejamento do ambiente de trabalho, pode realizar pesquisas voltadas para a implantação de

novos projetos. A inserção de novas práticas nas unidades prisionais permitirá a ampliação das áreas de atuação dos psicólogos. Inserido em um sistema fechado e anacrônico, o profissional vê as possibilidades da Psicologia reduzidas a uma atividade burocrática de cooperação com a Justiça. "Esse campo novo que está surgindo, com projetos inovadores, vai proporcionar um leque de possibilidades para a atuação do psicólogo. O profissional poderá trabalhar como terapeuta, como orientador, como programador de condições, mobilizador de reações organizadas", comenta Eda Tassara, prof. do Depto. de Psicologia Social do Trabalho da USP. ●

**1ª Mostra**  
Nacional de Práticas em  
**Psicologia**



**Psicologia**  
e compromisso  
**Social**

**Mais de 1.000 trabalhos inscritos!**

**Venha você também participar do maior evento da psicologia brasileira, de 5 a 7 de outubro de 2000**

Os trabalhos serão apresentados em estandes, de formas diversas como painéis, fotos, artefatos, ou ainda através de vídeos, teatro, música etc. Haverá espaço de alimentação e área de recreação para as crianças.

Extensa programação de eventos culturais, grande festa e show de encerramento. Alojamentos a partir de R\$ 10,00/dia. Hotéis conveniados cobram apenas R\$ 33,00/dia (individual), com café da manhã.

**Informações**

Disque Mostra **0800 121106**  
(ligações gratuitas)

Entrada grátis. Para os que quiserem CD ROM dos trabalhos e Certificado de Participação: R\$ 10,00.

# Degradação social faz

A violência está cada vez mais presente no cotidiano do brasileiro e não mais apenas nas grandes cidades. Uma pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi em cinquenta municípios brasileiros mostra que, em 80% deles, a criminalidade é vista pela população como um dos três problemas mais preocupantes e, em 40%, a violência é o principal problema. Essa sensação de insegurança do brasileiro tem base real: o número de assassinatos na Capital do Estado de São Paulo, em 1999, foi de 6.638, segundo a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados). "Vivemos num mundo em que o vínculo social e os projetos coletivos estão em declínio, levando as pessoas à depressão e ao isolamento. Elas não conseguem ver o outro como um semelhante, mas como um diferente que personaliza o mal e que, obviamente, se torna uma ameaça", comenta Vânia Sequeira, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP.

A violência permanente provoca temor ao mesmo tempo em que se banaliza. Fatos que antes chocavam e ocupavam a opinião pública durante meses, atualmente sucedem-se com a rapidez de uma linha de produção. E a mídia utiliza esse arsenal de crimes na maioria das vezes apenas para sustentar audiência e vender publicações, levando a uma diluição da violência. Um exemplo dessa diluição foi a forma como os noticiários chocantes sobre a violência nos internatos da Febem saltaram das primeiras páginas para notas internas dos jornais na medida em que a violência constante envolvendo os adolescentes autores de atos infracionais deixou de chocar e interessar ao grande público. "Fica relegado a um segundo plano um debate mais aprofundado sobre as causas reais da violência e da insegurança dela conseqüente. A violência deve ser compreendida dentro das condições que a socie-

dade dá ao indivíduo para se desenvolver pessoalmente, socialmente e economicamente", ressalta Vânia, do CRP SP.

Não é preciso aprofundar muito para chegar às origens de tanto sangue. Segundo o IBGE, nas décadas de 80 e 90, as taxas de desemprego eram, respectivamente, de 5% e 4%. Atualmente, o total de desempregados no Brasil está em torno de 8%. Não é mera coincidência que no mesmo período tenha se verificado uma escalada da violência. Nos centros urbanos, existe uma maior concentração de carências sociais, estimulando mais conflitos entre os excluídos e a lei. "A violência passa pela carência concreta à qual a população está submetida. Vivemos a quase inexistência de uma estrutura social; os sistemas de saúde, educação, jurídico etc. não exercem suas funções de modo satisfatório, criando muitas vezes a ilusão de que existe uma estrutura de apoio e proteção à coletividade. Exemplo disso são os altos índices de violência detectados em segmentos da sociedade pouco estruturados, de grande mobilidade social e de formação recente, como as favelas e periferias nas grandes metrópoles", comenta Maria Amélia de Sousa e Silva, psicóloga do Centro de Referência às Vítimas da Violência, do Instituto Sedes Sapientiae.

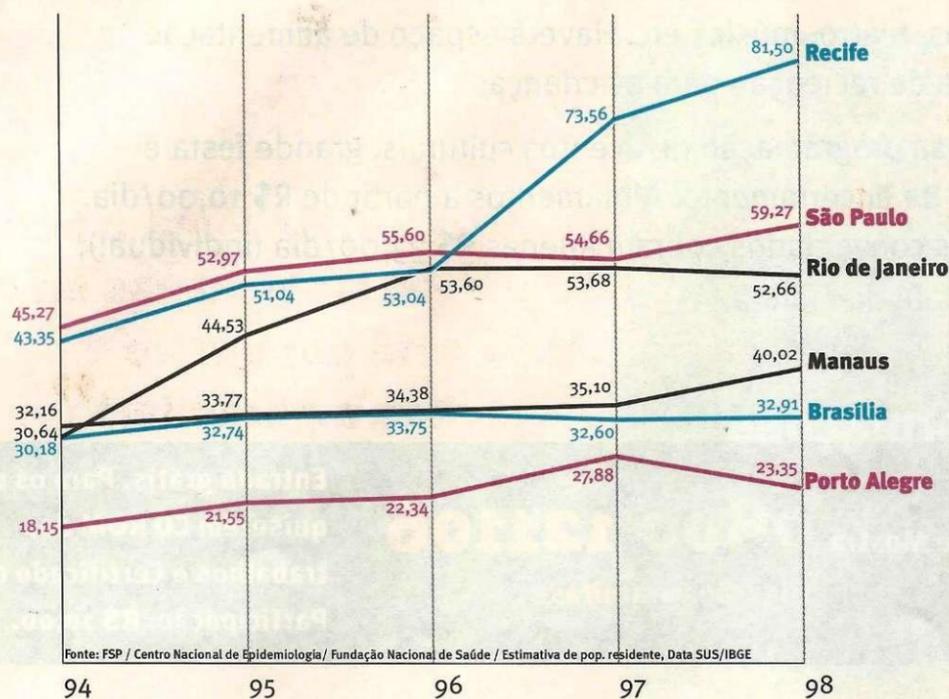
Também é fenômeno contemporâneo o crescimento da violência entre as camadas mais jovens da população. Isso fica evidente na tragédia no Rio de Janeiro que abalou o Brasil, em junho: o seqüestro desesperado de um ônibus da linha 174 por Sandro do Nascimento, que acabou com sua morte e da refém Geisa Firmo Gonçalves, uma professora de 20 anos. Apesar de o caso ter sido amplamente explorado pela mídia, um detalhe é fundamental para entendermos a maneira como o Poder Público trata o grave problema da criança carente: Sandro, como todos sa-

bem, foi uma das crianças que sobreviveram à chacina da Candelária, quando policiais cariocas executaram barbaramente 8 crianças moradoras de ruas. Ao invés de isso ser motivo mais do que suficiente para que governantes brasileiros, em todas as instâncias, se ocupassem com a implantação urgente de programas voltados para atender às milhares de crianças e adolescentes carentes, potenciais infratores no futuro, estimulou-se o público a entender que a culpa pelo ocorrido foi justamente o fato de Sandro ter sobrevivido à chacina. Ou seja, a solução estaria na execução sumária.

"A busca de um lugar na comunidade e de uma identidade é inerente ao momento da vida pelo qual qualquer jovem passa. Se a sociedade falha ao fazer essa passagem criança-adulto, o adolescente pode buscar sozinho os caminhos e testar a lei à qual os adultos supostamente são subordinados e da qual ele sente na pele as inconsistências", comenta Vânia. Por isso mesmo, vamos constatar que a criminalidade não se restringe aos jovens pobres. O adolescente que frequenta a escola e que tem um perfil diferenciado da juventude excluída socialmente também vivencia de perto essa realidade violenta. Um estudo realizado pela Udemo, do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, mostra que 89% das escolas públicas registraram algum tipo de violência em 1999. Entre os casos analisados, 21,28% foram de mortes de estudantes e 35,46% de ameaças de homicídio. Muitos desses jovens são de comunidades carentes. Porém, o fato de estarem matriculados regularmente em uma escola demonstra que têm uma perspectiva real de inserção na sociedade.

Qual seria então o motivo da violência entre esses adolescentes? Entre as causas mais visíveis, estão o fácil acesso às ar-

## Taxa de mortalidade por assassinatos em municípios, por 100 mil habitantes



**18%** da população de São Paulo possuem armas de fogo

fonte: IBCCrim/SSP-SP

**Homicídios no Brasil de 1979 a 1998**  
**Total de mortes: 515.986**

fonte: CNE/FNS

# Violência crescer no país

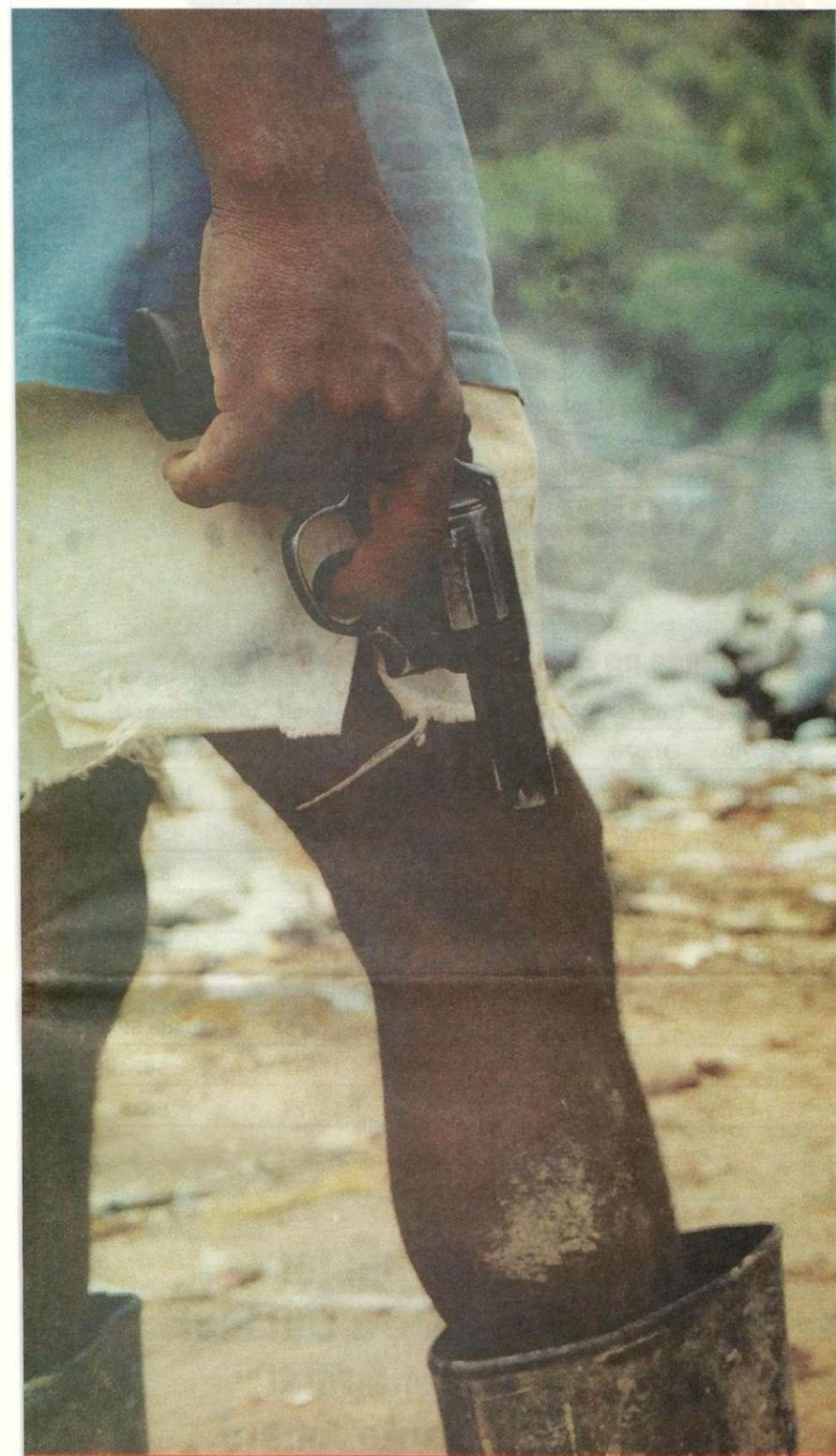
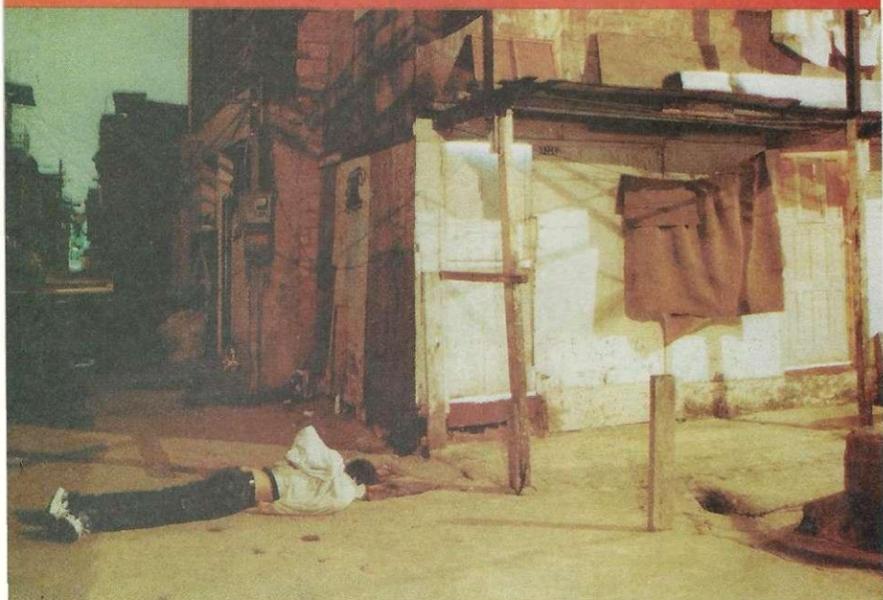


foto: Folha Imagem/ Antônio Gauderio

**CRP SP entende que a violência não deve ser tratada apenas como um caso de polícia mas de forma abrangente, com políticas públicas intersetoriais e qualificadas.**



mas (leia reportagem na página 13) e o contato diário com a realidade das drogas. Além disso, a falta de ética em todos os escalões do poder público acalenta uma falha simbólica que gera a total descrença em uma possível punição. “É neste cenário que os jovens constroem o seu projeto de vida, participando disso todos aqueles que estão em seu entorno. Estão presentes as expectativas sociais, profissionais e de vida pessoal que são do outro e podem ser internalizadas como próprias. Podem aparecer núcleos de tensão, que uma vez não contidos e elaborados, levam à realização de atos violentos ao não suportar o diferente no desempenho de papéis de ‘heróis’ ou ‘anti-heróis’”, comenta Tereza Cristina Cruz Vecina, psicóloga do CRVV, do Instituto Sedes Sapientiae.

A violência assume formas diversas, algumas das quais não tão dramáticas como os seqüestros, roubos e crimes. Há também uma violência que escapa às estatísticas: a violência que fica restrita ao ambiente doméstico, como as brigas de casais, espancamento de crianças, estupros etc.; a violência que invade as casas pelos meios de comunicação; a violência nas relações de trabalho; a violência cotidiana do trânsito (ver matéria na página 15). São todas igualmente graves e contribuem para a degeneração do tecido social, refletindo um quadro de desajuste e descontrole. “O combate à violência requer esforços de toda a sociedade, do setor público ao privado, voltados à prevenção, através do desenvolvimento de relações de respeito, cuidados, proteção e reconhecimento de limites”, comenta Maria Amélia, do Sedes Sapientiae.

O combate à violência, que se insere no âmbito das políticas públicas, começa a ser tratado pelos órgãos públicos não apenas como uma questão de segurança, mas também de saúde pública, devido à sua multideterminação e às suas conseqüências. Dados do Ministério da Saúde, de 1998, mostram que, do total de óbitos ocorridos no Brasil, 15% decorriam de causas externas (homicídios, acidentes de trânsito etc.) e que 68,5% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos foram por causas violentas. Além disso, entre 1980 e 1995, o aumento das taxas de mortalidade por causa da violência foi de 40%. Estima-se que, mantidas as atuais taxas, até 2013 a mortalidade por causas violentas superará os falecimentos naturais por doenças do coração. O CRP SP discutiu e elaborou tese, encaminhada à Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, em dezembro de 1999, na qual entende que “se a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado, é necessária a definição de políticas públicas intersetoriais que garantam aos moradores da cidade condição digna não apenas de sobrevivência, mas de vida. A violência vai além de uma questão de segurança, pois não há grades e policiamento capazes de, por si só, resolver um problema de tal complexidade”. Mais adiante, considera que devem ser elaborados e desenvolvidos, como prioridade máxima,

**“No lado mais fraco é onde mora o perigo, Sangue no zóio e um trabuco nas mãos Minha paciência está por um fio É morte na certa para o perdedor!”**

Bico do Corvo, Ratos do Porão, 1997

Pessoa armada em lixão de São Paulo, 1991 (acima). Adolescente assassinado na Favela da V. Prudente, SP, no mesmo local em que seu pai foi morto (à esq.).

planos regionais (locais) de enfrentamento da questão, planos esses que “devem ser irradiados a partir das unidades básicas de saúde, envolvendo os diferentes profissionais da área da saúde, o que inclui necessariamente a saúde mental.”

O Conselho acredita que apenas medidas profundas podem oferecer resultados de longo prazo. Lamentavelmente, porém, os discursos e propostas imediatistas encontram um maior apelo junto à população. É justamente essa busca por soluções rápidas que leva parte significativa da opinião pública a apoiar propostas questionáveis como o rebaixamento da idade penal, a pena de morte entre outras idéias comprovadamente sem eficácia. “Este quadro caótico gera uma contínua tensão, surgida do viver com medo. Isso faz com que os indivíduos se protejam através de meios próprios, criando uma realidade suplementar, onde se tenta evitar a violência e o sentimento de impotência. A construção desse sistema de segurança particular, associada a uma cultura de descompromisso com os demais, leva à utilização de armas para autodefesa. Dessa forma, cria-se um ciclo de violência no qual, muitas vezes, a vítima identifica-se com o próprio agressor”, comenta Tereza Cristina, do Sedes Sapientiae.

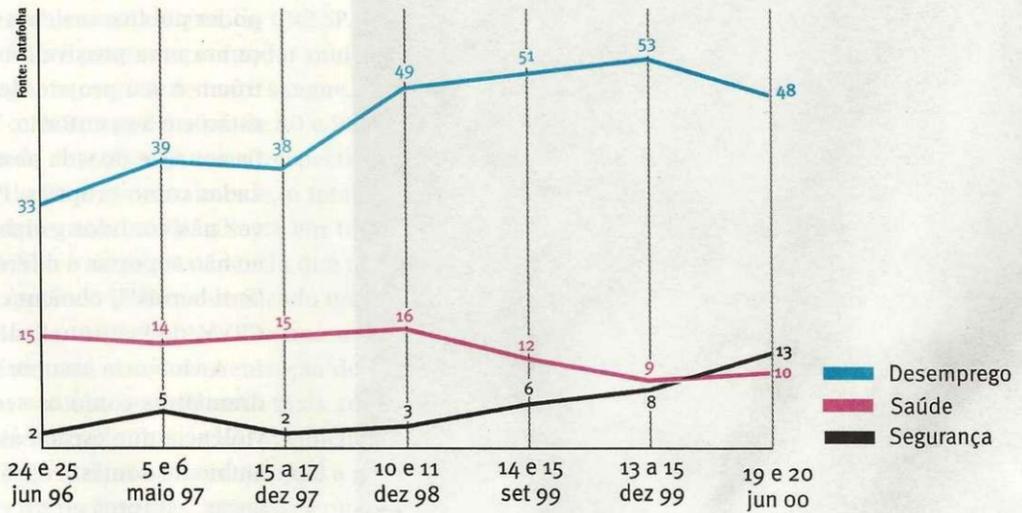
Afinado com esse pensamento imediatista, o governo federal anunciou, em 20 de junho, logo em seguida à tragédia do Rio, um grande Plano Nacional de Segurança Pública, pelo qual destinará uma verba de aproximadamente R\$ 700 milhões para a área durante o ano 2000. Com 12 pontos centrais e mais de 124 itens, o Plano inclui algumas medidas que tiveram aplicação imediata, através de medidas provisórias: a criação de um concurso público para preenchimento de duas mil vagas na Polícia Federal, a proibição do registro de armas por seis meses e a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública. Outras intenções: criação de novos presídios, delegacias especializadas em crimes e contravenções de jovens e um cadastro nacional de policiais acusados de crimes. As medidas mais uma vez não foram precedidas de discussão com a sociedade civil correndo o risco de se tornarem apenas uma cartilha de intenções. Pior que isso, o grande Plano passa longe da questão das desigualdades sociais. ●

**89% dos homicídios no país são cometidos com armas de fogo**

fonte: IBGE/ONU

### Principal problema do país

resposta espontânea e única, em %



### Estatística Trim. da Criminalidade no Estado de SP em 1999 e 2000

tipo de crime	1º trim 99	2º trim 99	3º trim 99	4º trim 99	1º trim 00	total	média mensal
armas apreendidas	9662	11670	10070	10160	10540	52102	3473,47
homicídio doloso	3256	3136	3138	3288	3261	16079	1071,94
homicídio culposo	1139	1409	1347	1202	1020	68181	4545,4
tentativa de homicídio	2503	2378	2364	2599	2528	12372	824,8
latrocínio	173	170	157	170	162	832	55,47
estupro	1073	1031	1015	1000	1014	13204	880,27

fonte/ secretaria de segurança pública e site conjuntura criminal

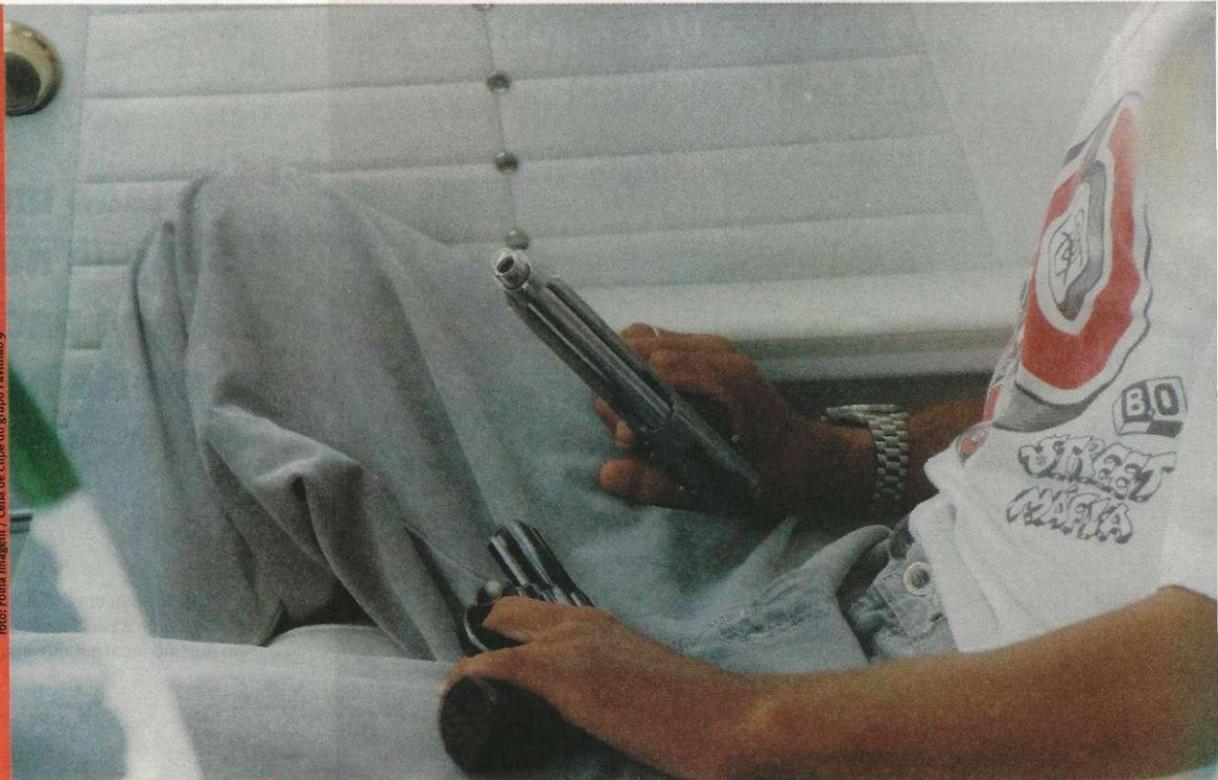
	Estado SP	Cidade SP
óbitos por homicídios 1998	13947	5874
óbitos por homicídios 1999	15724	6638

fonte: Sistema de Estatísticas Vitais/ Fundação Seade.

**“A bala não é de festim! Aqui não tem dublê! Para os manos da Baixada Fluminense à Ceilândia, eu sei, as ruas não são como a Disneilândia! De Guaianases ao extremo sul de Santo Amaro, ser um preto tipo A custa caro! É foda!”**

Capítulo 4, Versículo 3, Racionais MC, 1999

foto: Folha Imagem / Casa de clipe do grupo Povilhão 9



# Brasil debate proibição do porte de **armas**

O noticiário brasileiro está se transformando num espetáculo permanente de banguelagem, seqüestros, massacres, balas perdidas, mortes gratuitas, ingredientes que costumam recheiar os roteiros dos filmes de ação. Com a diferença de que aqui toda crueldade é dolorosamente real. Segundo o IBGE, 123 pessoas morrem por dia no Brasil em decorrência do uso de armas de fogo e, ainda, 1.200 acidentes fatais ocorrem anualmente envolvendo armas. Não é por outro motivo que hoje 88% dos brasileiros são favoráveis à proibição da venda de armas de fogo no país. Se a população é a favor, o que então tem impedido que o Congresso Nacional aprove um dos vários projetos de lei proibindo o comércio e o porte de armas de fogo em tramitação há anos? A resposta é ao mesmo tempo simples e complexa: mais que a proibição do "porte", é a proibição da comercialização de armas a principal razão das pressões sobre os nossos congressistas. Parte desse lobby tem até localização geográfica. "Existem fábricas importantes no Estado do Rio Grande do Sul, entre elas a Taurus, que geram empregos e arrecadação. Esse fator leva os deputados gaúchos a se fecharem em copas. É a força do poder econômico", afirma o deputado Eduardo Jorge (PT/SP).

Na contracorrente, entidades civis têm se mobilizado a favor do desarmamento e de uma regulamentação mais rigorosa. Entre elas, o Instituto "Sou da Paz" tem alcançado maior visibilidade. A organização promove campanhas anuais para recolhimento de armas e também faz um

trabalho de conscientização em escolas e comunidades da periferia da capital, contando com o trabalho de voluntários. "O movimento tem o objetivo de fomentar uma cultura de construção da paz e de desconstrução da violência", comenta Luciana César Guimarães, diretora do Instituto. Em quatro anos de campanhas, que ocorrem sempre em maio, o Instituto já recolheu aproximadamente 3.500 armas.

Um estudo da ONU comprova que nos países de legislação liberal, as mortes provocadas por arma de fogo assumem a liderança no total de homicídios. Exemplo extremado disso, os EUA, país mais liberal na matéria, detém uma taxa de 70% de homicídios por arma de fogo. Exemplo inverso, no Japão, que proíbe o registro e o porte de armas, a taxa é de 5%. No Brasil este percentual fica em torno de 89%.

Em fevereiro, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados aprovou um texto do relator Alberto Fraga (PMDB-DF), proibindo apenas o porte, mas não o comércio de armas. No Senado, o senador Renan Calheiros (PMDB/AL) é relator de um substitutivo, aprovado em 14/06, que extingue o comércio e o porte de armas, mas concede ao permitir o porte para clubes de tiro e moradores de áreas rurais. A inabilidade do Congresso em tratar a matéria levou o Governo Federal a lançar, em 20 de junho, o Plano Nacional de Segurança Pública que, entre outras medidas, proibiu por seis meses o registro de armas. Na prática, isso está longe de colocar fim à polêmica, o que depende mesmo do Congresso Nacional. ●

foto: Folha Imagem/Rogério Lacana



**96 % das pessoas que sacam um revólver para reagir a um assalto a mão armada acabam mortas; uma em cada 20 armas compradas legalmente no Brasil cai nas mãos dos criminosos; mais de 8 milhões de armas transitam em nossa sociedade, 6 milhões das quais sem nenhum controle.**

fonte: Ministério da Justiça

Evento promovido pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (abaixo, à esq.) para destruir armas apreendidas pela polícia; armas apreendidas pela Polícia Civil de São Paulo (acima e abaixo).

foto: Folha Imagem/João Wainer



foto: Folha Imagem/Rafael Jacinto



## Estimativa das armas em circulação/ SP

Estado	1.522.909	42,2%
	2.085.880	57,8%
Capital	761.455	42%
	1.042.940	58%

registradas  
ilegais

Fonte: IBCCrim/ SSP-SP, 1998

# Avaliação para porte de arma é feita por psicólogo



Atualmente, o porte e o registro de armas de fogo no Brasil são regidos pela Lei 9437, de 20 de fevereiro de 1997. Além de criar o Sistema Nacional de Armas, Sinarm, que centraliza a questão envolvendo armamentos, a lei prevê que a autorização para um indivíduo portar arma de fogo depende da comprovação de comportamento social produtivo, da necessidade de se ter uma arma, de capacidade técnica e de aptidão psicológica. Nesse ponto, a questão do armamento civil passa pela Psicologia. O porte federal tem validade em todo o território nacional e é emitido apenas em casos especiais pela Polícia Federal, sendo que o requerente tem que comprovar a necessidade de transitar por diversos estados. O mais comum é o porte estadual que se restringe aos limites da unidade da Federação na qual o requerente está domiciliado. No Estado de São Paulo, o credenciamento de psicólogos para desempenhar a tarefa de emitir laudos habilitando a concessão de porte de armas fica a critério da Divisão de Produtos Controlados (Depto. de Polícia Científica), na capital, e das Delegacias Seccionais de Polícia, nos outros municípios. Para o ano 2000, estão cadastrados 281 psicólogos para todo o Estado.

O DPC emite uma portaria, geralmente nos meses de outubro e novembro, anunciando o credenciamento de novos psicólogos e o credenciamento dos que já estão atuando. São exigidos: diploma, registro no CRP SP, atestado de antecedentes criminais e descrição dos aparelhos de testes que o profissional possui. A licença tem duração de um ano e o trabalho consiste em entrevista e aplicação de testes. O teste de personalidade objetiva avaliar: ausência de quadro reconhecidamente patológico, controle da agressividade, estabilidade emocional, ajustamento pessoal e social; os testes de aptidão analisam: tipo de atenção (difusa, concentrada e distribuída), cognição, motricidade e reação, memória. A decisão do psicólogo deve apontar para três resultados: apto, inapto temporariamente, inapto. A portaria da Delegacia Geral de Polícia que define os critérios estabelece como inapto o solicitante que apresente "distúrbios psicológicos graves (psicose, oligofrenia, personalidade psicopática), agressividade acentuada, ansiedade etc". Os testes utilizados para esse tipo de

atividade ficam a critério do profissional; os mais usados são o PMK, o Zullinger e o Palográfico.

Pesquisa realizada pelo CRP SP junto a psicólogos credenciados no DPC mostrou que em apenas 7% dos testes aplicados os solicitantes foram considerados inaptos (veja tabela). O levantamento, concluído em abril de 1999, foi realizado pela Comissão de Orientação do Conselho a partir de um questionário, respondido por 140 dos 650 psicólogos credenciados na Secretaria de Segurança Pública. Dos questionários respondidos (um dos quais inconclusivo), apenas 78 profissionais afirmaram ter feito avaliações para porte de arma no decorrer do ano anterior (1998) e 61 apontaram nunca ter feito avaliações. Somando-se o total de avaliações feitas pelos entrevistados, chega-se ao número de 836 laudos emitidos. Em 1998, foram concedidos 2 mil portes de armas no Estado.

A psicóloga Marcia Boarini Bardella Guedes trabalha com emissão de laudos para porte de arma desde 1997. "A eficácia do trabalho depende de o profissional estar realmente habilitado e ter conhecimento adequado dos instrumentos que utiliza; o ser humano é instável e o profissional deve se conscientizar de que corre riscos, tendo que estar bem preparado tecnicamente para que possa comprovar, em caso de perícia, que o sujeito tinha condições psicológicas no momento da avaliação para o porte de arma", comenta. Ela defende uma "legislação que obrigue a renovação do porte anualmente" para aumentar a eficácia do procedimento. "A avaliação psicológica não vai impedir que as pessoas andem armadas. O exame deve eliminar as pessoas que não estão preparadas para portar uma arma, por não terem equilíbrio psicológico para tal", avalia Márcia.

Há contudo muitos profissionais da Psicologia que questionam a eficácia das avaliações e consideram que elas têm sido usadas para legitimar as idéias dos que defendem o porte e comércio de armas. O teste não deixa de ser uma maneira de transferir a responsabilidade por um possível ato criminoso do avaliado para o psicólogo. "Pode-se aceitar que um teste psicológico mostre que uma pessoa tem menor probabilidade de se tornar um assassino usando uma arma, porém esse prognóstico não é seguro", afir-

## Resultado de laudos para porte de arma\*

Aptos	772 (92,3%)
Inaptos	64 (7,7%)
Total pesquisado	836

Fonte: C.O./CRP SP \* (Pesquisa com 139 psicólogos)

ma Odette de Godoy Pinheiro, coordenadora da Comissão de Orientação do CRP SP. O disparo da arma de fogo provoca uma descarga de adrenalina num momento de comção que não pode ser previsto. "A expectativa que se cria sobre uma avaliação vai além das possibilidades do instrumento. Não se pode negar que testes podem ser conclusivos. Mas, dependendo da situação, eles têm probabilidades menores de acerto. Esses testes têm sido muito mais eficazes no trânsito, pois exige-se do motorista habilidades que são mensuráveis. Na questão do porte de armas, o profissional lida com questões menos palpáveis", compara Odette.

A tendência do CRP SP é apoiar a proibição total do porte e do comércio de armas no Brasil. Odette pondera que "essa postura pode parecer paradoxal, a princípio, pois estaríamos assim estimulando a retração de um mercado que absorve profissionais da Psicologia. Mas é preciso considerar que a questão do porte e comércio de armas ultrapassa o interesse corporativo dos psicólogos. O Conselho atua em favor da redução da violência como um fato socialmente produzido. Nesse sentido, há muito o que fazer e devemos estimular a qualificação dos profissionais que atuam em diferentes áreas, como saúde, educação, justiça e outras, e lutar pela ampliação do mercado em campos que diretamente ou indiretamente se relacionam com o problema em suas causas e conseqüências." ●

**“Mãe, guarde esses revólveres pra mim  
Com eles nunca mais vou atirar  
A grande nuvem escura já me envolveu  
Me sinto até batendo na porta do céu”**

Bob Dylan, versão Zé Ramalho, 1997

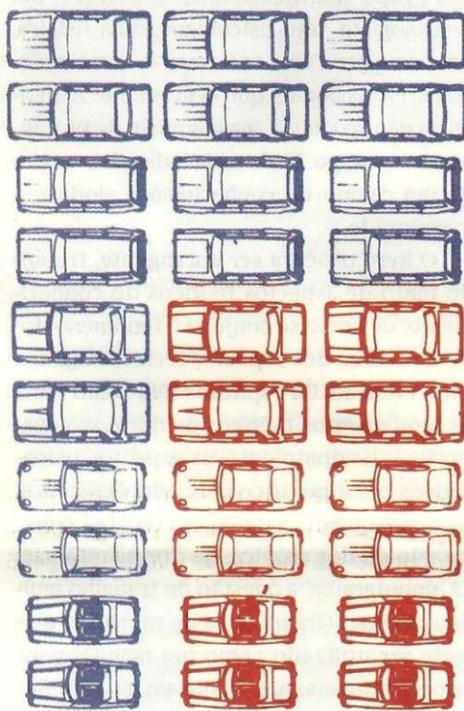
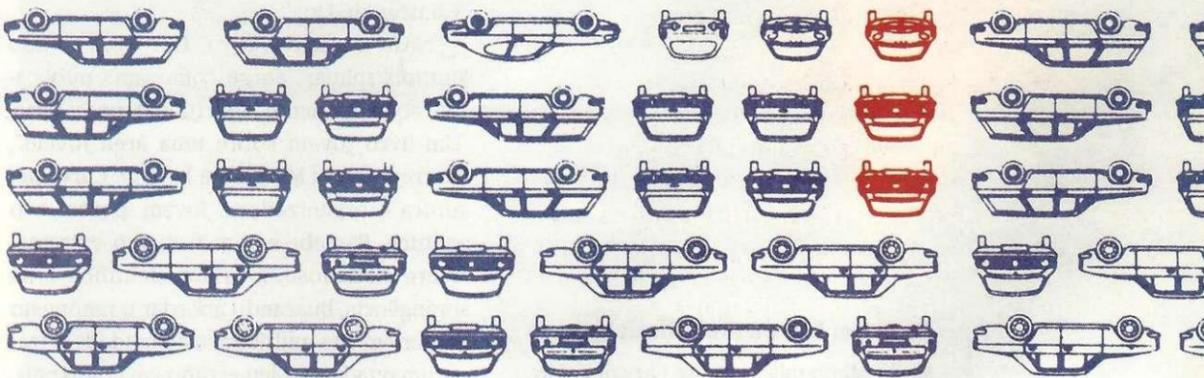


# Sem psicologia, mortes no trânsito poderiam ser maiores



A falta de educação no trânsito e a não conscientização dos motoristas sobre os perigos do ato de dirigir são responsáveis pelo clima de tensão permanente que observamos todos os dias nas ruas do país. Os números são calamitosos: em 1999, até novembro, aconteceram 168.836 acidentes e 1.531 mortes na capital paulista, segundo dados da CET (Companhia de Engenharia e Tráfego). As causas desta situação incluem a má conservação das ruas e a falta de manutenção dos carros. Porém, a principal causa é mesmo o comportamento do indivíduo que está atrás de um volante. Com a finalidade de amenizar esse drama, o Código Nacional de Trânsito, instituído pela Lei nº 9.503 de 1997, passou a exigir uma avaliação psicológica de todo candidato a motorista.

Em artigo 147, parágrafo 3, a Lei determina: "O exame previsto no parágrafo anterior, quando referente à primeira habilitação, incluirá a avaliação psicológica preliminar e complementar ao referido exame (acrescido pela Lei 9.602 de 21 de janeiro de 1998)". O laudo psicológico para habilitação de motoristas diagnóstica e oferece um parecer às autoridades responsáveis pela emissão da carteira. "Nesse prognóstico, deve-se levar em consideração a dinâmica da personalidade, ou seja, não se pode pegar dados isolados. O motorista pode ser agressivo, porém, em certos momentos esse traço da personalidade, em união com outros, pode ser positivo. Além disso, para que o instrumento tenha eficácia, o psicólogo deve ter uma visão geral sobre como o trânsito funciona e como será a atuação do motorista. Um motorista de ônibus precisa, por exemplo, ter um bom relacionamento com as pessoas, e um motorista de moto precisa de uma boa noção espacial. O melhores resultados nas avaliações são obtidos quando o psicólogo utiliza testes com os quais tenha intimidade", comenta a psicóloga Maria José Lamounier, conselheira do CRP de Minas Gerais.



O objetivo da avaliação psicológica para motoristas é aumentar a segurança pessoal e coletiva, humanizando as ruas da cidade. "Os psicólogos que trabalham no trânsito são vitoriosos. O trânsito seria mais violento e caótico se não existissem as avaliações: não teríamos uma, mas dez mortes por minuto", comenta Maria José. Além das questões psicológicas, as causas dos acidentes são técnicas e médicas. "Os psicólogos não podem achar que irão salvar o trânsito, mas também não podem acreditar que são responsáveis pelo caos que está aí", afirma Maria José.

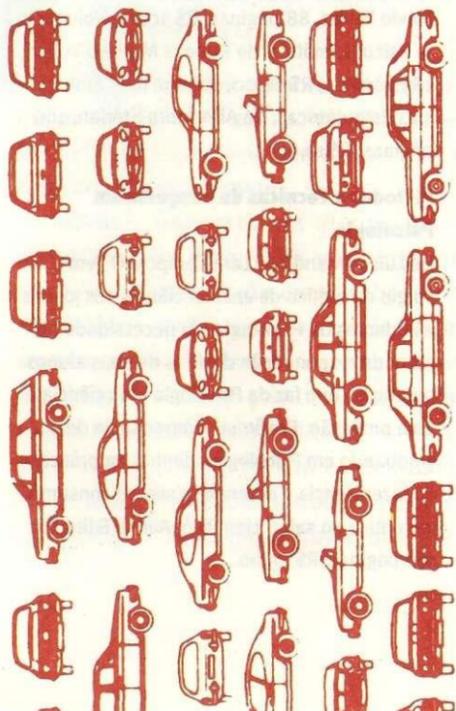
Em São Paulo, o credenciamento das clínicas e profissionais que realizam exames médicos e psicológicos para as funções previstas no Código de Trânsito é feito pelo Detran. Na Portaria nº 520, de 12 de maio de 2000, o órgão prevê o fim do método de "distribuição equitativa", que vinha sendo utilizado para esse credenciamento. No momento, está em debate uma sistemática nova para a avaliação dos selecionados observando a livre concorrência entre os profissionais. A definição desse critério tem gerado muitas polêmicas. Há quem defenda a necessidade do processo licitatório, nos moldes convencionais. O CRP SP está estudando a questão e reunindo-se com profissionais e entidades de classe que atuam na área. ●

## Fórum debate avaliação psicológica

O CRP SP promoveu, no dia 05 de agosto, o Fórum Regional de Avaliação Psicológica, que debateu a prática da avaliação nas diversas áreas em que ela é utilizada: clínica, educação, recursos humanos, trânsito, justiça etc. O evento elaborou as teses e indicou os delegados que representarão o regional paulista ao Fórum Nacional sobre o mesmo tema, a ocorrer entre 27 e 29 de outubro, em Brasília, e que permitirá a realização de um mapeamento detalhado e abrangente da avaliação psicológica no país.

Durante os meses de junho e julho, as subseções do CRP SP realizaram pré-Fóruns, iniciando as discussões e sempre tomando como eixo um conjunto de temas propostos para estimular a reflexão: o papel do CRP SP na área de avaliação psicológica; ensino e pesquisa de avaliação psicológica; ética; normas, usos e comercialização dos instrumentos de avaliação psicológica; jurisprudência; laudos. "Dentre esses, alguns assuntos foram colocados como pontos de partida. Por exemplo, sobre o papel dos Conselhos, foi levantada a necessidade de normatização dos procedimentos, a geração de informação permanente aos psicólogos sobre o assunto, além da necessidade de fiscalização quanto ao uso e abuso dos testes psicológicos", afirma Katia Rubio, conselheira do CRP SP.

No que diz respeito à ética na avaliação psicológica, discutiu-se o papel social do psicólogo que faz avaliação e o uso de poder que essa atividade sugere. Sobre a emissão de laudos, considerou-se a possibilidade de eles serem também tomados como uma orientação para a trajetória profissional do indivíduo avaliado. Maiores informações sobre o assunto no telefone (11) 3061-9494, fax (11) 3061-0306. Visite nosso site no endereço [www.crp.org.br](http://www.crp.org.br). Participe da programação de eventos do CRP SP!



# O fenômeno doloroso visto por múltiplos ângulos

## Dor – Um Estudo Multidisciplinar

Maria Margarida M. J. de Carvalho (org.), Summus Editorial, 344 págs., R\$ 39,00.

A dor é um fenômeno complexo, uma expressão genuína do sofrimento humano. Na cultura ocidental é até certo ponto tão temida e às vezes considerada mais terrível do que a própria morte. Paradoxalmente, há evidências de aumento da frequência de dor crônica e de que ela atinja proporções epidêmicas no mundo, o que a torna um dos grandes males que afligem a humanidade contemporânea. Dores crônicas, que muitas vezes se caracterizam por uma etiologia desconhecida e que se mantêm rebeldes aos mais diversos tratamentos. Talvez, essa tendência epidêmica evidencie uma nova forma de expressão do sofrimento humano, considerando-se que nossa sociedade valoriza mais queixas de ordem somática do que psíquica.

A dor é uma experiência inegavelmente de ordem subjetiva, que não reflete a percepção cerebral do impulso nervoso advindo do tecido agredido; representa a interseção entre o somático e o psíquico. Trata-se de um fenômeno ainda pouco explicado, pois coloca, entre outros, um desafio ao modelo de compreensão dicotômico (corpo/mente) que embasa a medicina moderna. Coloca o desafio da integração dos aspectos biológicos, psicológicos, culturais, ambientais e sociais na compreensão dos fenômenos da ordem do humano. Os avanços na compreensão das peculiaridades do fenômeno doloroso apontaram que os alcances terapêuticos são muito ampliados

quando a intervenção se dá no campo multiprofissional, preconizando-se a criação das "Clínicas de Dor".

Neste cenário, o livro "Dor - Um Estudo Multidisciplinar" surge como uma publicação absolutamente oportuna e necessária. "Um livro jovem sobre uma área jovem", descreve Maria Margarida M. J. de Carvalho, autora e organizadora. Jovem, porém não imaturo. Percebe-se um trabalho extremamente cuidadoso, no rigor científico e na abrangência, buscando abordar o fenômeno da dor em sua multidimensionalidade e traçar um quadro do seu estudo em nosso país. Um grupo multidisciplinar o escreve: um neurologista, oito psicólogos, uma fisiatra, um psiquiatra, uma enfermeira e uma pedagoga. Profissionais que têm grande experiência não só clínica, mas também de pesquisa neste campo. Nada mais indicado no caso de um campo de conhecimento ainda tão inexplorado.

O livro procura ser abrangente, tratando tanto de aspectos teóricos do conhecimento, de como se conjuga o fenômeno doloroso, como dos aspectos técnicos ligados à intervenção. Os capítulos têm como tema os fundamentos teóricos da dor e sua avaliação: a fisiopatologia, os aspectos psicológicos e psiquiátricos, as relações com a cultura e questões de ordem técnica, como manejo da dor crônica, da dor na infância, da hipnoterapia, a questão do trabalho multidisciplinar. Organiza-se de tal forma que pode ser utilizado como um manual para os profissionais que se iniciam na área. Suely Sales Guimarães, no capítulo "Introdução ao Estudo da Dor" apresenta o conceito de dor trazendo breve histórico, a classificação e as várias teorias que buscam explicar o fenômeno. Cibele A. de M. Pimenta, tradutora do "Questionário de Dor McGill" para a língua portuguesa, instrumento de referência na avaliação da dor, faz uma didática descrição do quebra-cabeça que é avaliar a dor. Maria Margarida M. J. de Carvalho aborda a hipnose como técnica de intervenção junto ao fenômeno doloroso. Muito apropriadamente começa o capítulo trazendo a história da hipnose,

muito útil aos não iniciados e não familiarizados com a técnica.

Temos também a proposta de atuação do psicólogo em um serviço multidisciplinar de dor crônica, descrita por Adriana Loducca, e a análise do fenômeno doloroso do paciente em estágio avançado de doença, realizada por Maria Julia Kovacs. Sílvia R. M. Lordello, no capítulo "O profissional de saúde e a percepção da dor de câncer infantil" coloca a questão do profissional de saúde e a dor: como habilitar o profissional de saúde a avaliar a dor do outro? Essa parece ser uma das questões fundamentais no campo da intervenção junto aos quadros dolorosos, porque nos remete ao interjogo das subjetividades, implícito na relação profissional de saúde-paciente.

É interessante notar o número de psicólogos que escreveram os textos e também o fato de ser uma psicóloga a organizadora do livro. Como aponta Lilian Maria Borges, no capítulo sobre o "Manejo da Dor Pediátrica": "o reconhecimento recente do papel desempenhado por variáveis cognitivas, emocionais e comportamentais no modo como as pessoas percebem e respondem à dor favoreceu o envolvimento progressivo dos psicólogos no seu manejo, campo de trabalho historicamente dominado por outros profissionais de saúde". Suely Sales Guimarães, no capítulo "Introdução ao Estudo da Dor" assinala que "a nova demanda por estudos multidisciplinares sobre a dor estimula o trabalho teórico da psicologia sobre os seus correlatos cognitivos e emocionais, gera demanda pela divulgação e avaliação das técnicas interventivas não-farmacológicas já existentes e o desenvolvimento de outras." Temos aí retratada a demanda de pesquisa e da clínica do fenômeno doloroso, que se abre ao psicólogo. É principalmente considerando esses elementos que podemos avaliar a relevância desta publicação.

## Glória Heloíse Perez

pós-graduanda pelo Depto. de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, Unifesp; psicóloga-chefe do Serviço de Psicologia do InCor-HC-FMUSP

## Estante

### A Criança e a Violência na Mídia

Organizado por Ulla Carlson e Cecília von Feilitzen. Uma parceria da Cortez Editora, da Unesco e do Ministério da Justiça resultou nesse livro. O foco temático está centrado na pesquisa relativa às influências da exposição das crianças à violência na televisão. Os artigos discutem descobertas resultantes de pesquisas realizadas em todo o mundo. Cortez Editora, 448 páginas, R\$ 39,00.

### A Ética no Uso dos Testes Psicológicos, na Informatização e na Pesquisa

De Ernesto Santos e Norberto Neto. Os autores propõem uma aproximação entre filosofia e Psicologia, por acreditarem que a leitura da multiplicidade do humano convoca, por sua complexidade, um tipo de

conhecimento que vai além, principalmente quando o tema é ética. Casa do Psicólogo, 121 páginas, R\$13,00.

### Psicologia, Ética e Direitos Humanos

Org. Conselho Federal de Psicologia. Coletânea de artigos que tem como mérito principal registrar a abrangência da Psicologia na vida de um país e seu decisivo papel na consolidação de valores sociais, políticos e humanitários de um povo. Casa do Psicólogo, 108 páginas, R\$11,00.

### Coleção "Clínica Psicanalítica"

Dirigida pelo psicanalista Flávio Carvalho Ferraz, a coleção compõe-se de obras voltadas para a compreensão das diversas categorias psicopatológicas sob o prisma psicanalítico. Casa do Psicólogo. Volume I – Perversão, de

Flávio Ferraz, 88 páginas, R\$ 10,00; Volume II – Psicossomática, de Rubens Marcelo Volich, 183 páginas, R\$ 16,00; Volume III – Emergências Psiquiátricas, de Alexandra Sterian, 106 páginas, R\$10,00.

### Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia

De Luís Fernando de Lara Campos. O livro surgiu da prática de ensinar ciência aos jovens estudantes de Psicologia, da necessidade do autor de responder às dúvidas de seus alunos quanto ao que faz da Psicologia uma ciência e uma profissão. Reafirma a importância de o graduando em Psicologia adentrar na prática do fazer ciência e aprender a ser um consumidor crítico do saber científico. Alínea Editora, 160 páginas, R\$ 25,00.

# Dos mastigadores de números aos amplificadores de mentes

No início dos anos cinquenta, um jovem de vinte e cinco anos, fazendo seu doutorado em Berkeley perguntava a seus professores: "Quando tivermos construído o computador, poderemos usá-lo para ensinar pessoas? Poderia colocar um teclado para a pessoa interagir com o computador?". Os engenheiros consideravam tais perguntas uma blasfêmia: o computador não era para interagir com o programador, mas apenas para fornecer a resposta a uma questão corretamente formulada. Embora fortemente pressionado a abandonar suas idéias, o engenheiro Douglas Engelbart persistiu nelas e, aproximando-se cada vez mais da Psicologia, desenvolveu pesquisas e inventos que contribuíram significativamente para a construção das "máquinas amigáveis" que hoje se espalharam pelo planeta.

Tomo aqui o inventor do popular *mouse* do computador como um exemplo paradigmático de um modo de pensamento que se infiltrou no que poderíamos chamar de "informática dura", e que operou transformações revolucionárias na tecnologia informacional que, por sua vez, tem papel crucial nas transformações culturais e subjetivas do mundo contemporâneo.

A partir do final dos anos cinquenta, as idéias de "simbiose homem-computador" do psicólogo J. R. Licklider e de "aumento do intelecto humano", do engenheiro Engelbart, constituíram-se fortes propulsoras de pesquisas de ponta nos laboratórios das universidades norte-americanas, num ambiente marcado pelo clima da Guerra Fria e da corrida espacial. Construir máquinas pequenas, ultraleves, com precisão e velocidade passou a ser a palavra de ordem. E a interatividade da máquina com o usuário humano ganhou destaque especial, inaugurando-se aí todo um campo de pesquisas: IHC (Interação Humano-Computador), terreno de interdisciplinaridade, espaço de atuação dos mais diversos profissionais.

Assim, vemos que as interfaces da informática com a Psicologia vêm sendo exploradas há muito tempo e representam um capítulo importante das transformações dos computadores dos grandes e pesados "mastigadores de números" para os atuais "amplificadores da mente", na expressão de Howard Rheingold<sup>1</sup>. Porém, a maioria dos psicólogos ainda olha com estranheza para esse campo, muitas vezes se colocando em posturas refratárias até mesmo a se informar sobre o assunto.

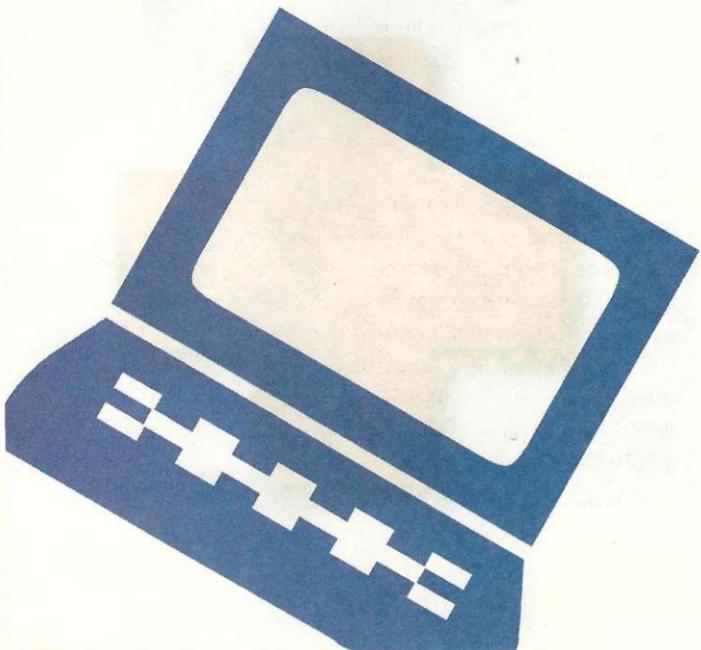
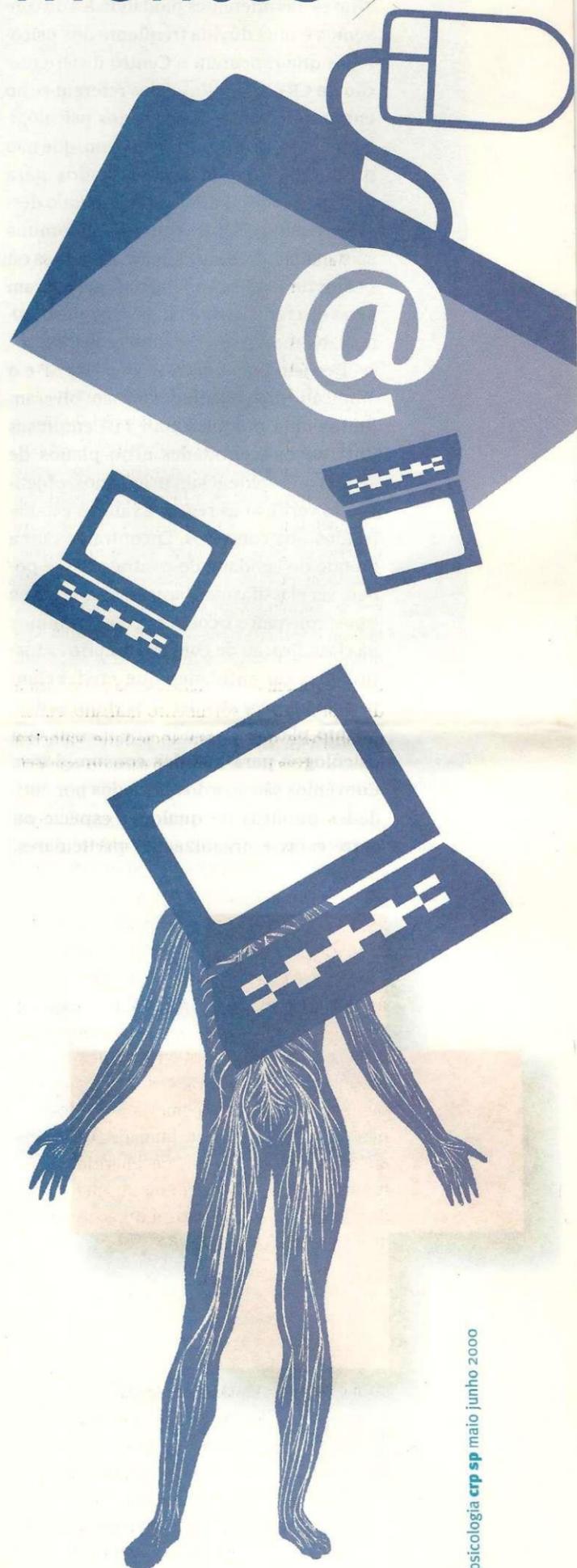
As aplicações da informática na educação, no trabalho, na publicidade e na arte, dentre tantas outras, colocam aos psicólogos o desafio de acompanhar, de perto, as implicações de tudo isso sobre as transformações na subjetividade. E agora, no caso do Brasil, a polêmica sobre o atendimento psicoterapêutico mediado por computador passa a ser objeto de atenção da mídia e de todos os profissionais da Psicologia. Tal polêmica tem o mérito de arrancar da sonolência inúmeros profissionais imersos em práticas arraigadas e repetitivas e de colocar mais pimenta na discussão importantíssima sobre a formação do profissional de Psicologia e sobre os aspectos éticos de seu trabalho.

Os problemas e potencialidades envolvidos na interação humano-computador não se esgotam, nem de longe, na questão das psicoterapias *online*... Inúmeros outros aspectos estão a demandar de nossa categoria profissional um posicionamento mais firme e aprofundado, que cobra, por sua vez, a realização sistemática de pesquisas e de amplos processos de debate e de construção de consensos em torno dessas novas questões. Trata-se, cada vez mais, de assumir que a Psicologia não pode ser tomada como um campo isolado e bem protegido, sendo necessário um intenso intercâmbio com as outras áreas do conhecimento.

<sup>1</sup> As informações sobre Engelbart e Licklider podem ser consultadas no livro *Tools for thought: the people and the ideas of the next computer revolution* (New York: Simon & Schuster, 1985), de Rheingold, cujo texto integral está disponibilizado no site <http://www.rheingold.com>.

**Paulo Sergio de Carvalho**

Membro do Grupo de Trabalho de Psicologia e Informática do CRP SP.



# O trabalho do psicólogo através de convênios e planos de saúde

Atendimentos psicológicos realizados através das diferentes modalidades de convênios é uma dúvida freqüente dos psicólogos que procuram o Centro de Orientação do CRP SP. Muitas delas referem-se ao encaminhamento de relatórios psicológicos para as empresas de convênio, que não possuem psicólogos contratados para acompanhar e guardar o devido sigilo desses trabalhos. Outras questões comuns são: a idoneidade de algumas empresas ou planos de saúde; cooperativas que cobram taxas de credenciamento; o valor que o psicólogo recebe pelo trabalho realizado.

Desde o início deste ano, o CRP SP e o Sindicato dos Psicólogos desenvolveram juntos uma pesquisa com 110 empresas (instituições, entidades e/ou planos de saúde) que credenciam psicólogos, objetivando verificar as regras e valores estabelecidos nos contratos. Encontramos uma grande diversidade de contratos, que podem ser classificados basicamente em dois tipos: convênios e cooperativas. Incluímos na classificação de convênios tanto as instituições ou entidades que credenciam psicólogos para atender seus empregados, quanto planos de saúde que credenciam psicólogos para atender consumidores. Convênios são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie ou entre estas e organizações particulares,

para a realização de objetivos do interesse comum entre as partes. Cooperativas, por sua vez, são sociedades de pessoas, com forma jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados (cooperativados), e que não distribuem lucros, mas os resultados provenientes de suas operações. É preciso atentar para a existência de falsas cooperativas (apeladas de "coopergatos") organizações sem transparência e sem democracia em suas gestões, nas quais um grupo pequeno assume o comando e a maioria dos cooperativados é transformada em sub-empregada, sem direitos trabalhistas.

Nessas duas modalidades de relação de trabalho (convênios e cooperativas) uma série de critérios baliza a prestação de serviços pelo psicólogo: limite para o número de sessões semanais; limite para o tempo de duração das sessões; valor de remuneração das sessões; diferenças de valor para diferentes procedimentos; data e periodicidade para o pagamento. Esses critérios variam muito. Portanto, cabe ao psicólogo, ao assinar o contrato para obter seu credenciamento, analisar detidamente estas informações, esclarecendo-se sobre todas as questões do seu interesse. Acima de tudo, deve garantir que poderá exercer suas atividades com qualidade e de acordo com os princípios técnicos e científicos da profissão, estabelecidos em sua formação e em seu Código de Ética, preservando e fazendo valer seus direitos e deveres.

Nesse sentido, o CRP SP e o Sindicato dos Psicólogos enviaram cartas para uma série de convênios e cooperativas solicitando esclarecimentos sobre as definições dos valores estabelecidos para o trabalho do psicólogo, mas também informando-os sobre a Lista de Referência de Valores do Trabalho do Psicólogo. Também foi realizada em maio uma reunião com o presidente da Associação Médica Brasileira, AMB, com o intuito de verificar o porquê do uso da Tabela de Referência emitida por esta associação para definir valores em relação ao trabalho do psicólogo. Buscamos, principalmente, uma parceria com o objetivo de esclarecer as empresas sobre as referências de valores já construídas para o trabalho do psicólogo pelas suas entidades de representação.

Nessa reunião, fomos informados que o Conselho Administrativo de Defesa Eco-

nômica, CADE, considerou abusiva (ao analisar o processo administrativo n.º 08000.011517/94-35) a conduta de algumas entidades representativas da classe médica do Estado de São Paulo, que impunham aos convênios e planos de saúde a fixação do pagamento dos honorários médicos, com base no valor mínimo ou nos valores estabelecidos na Tabela de Honorários Médicos, editada pela AMB. O CADE concluiu que a atuação dessas entidades prejudica a livre competição no mercado de prestação de serviços médico-hospitalares, alegando uma formação de cartel, por limitar o acesso de novas empresas, bem como por dificultar o funcionamento ou o desenvolvimento dos concorrentes.

Contrária a esta manifestação, a Associação Paulista de Medicina, APM, impetrou mandado de segurança (processo n.º 2000.61.00.018324-7), em curso na 24ª Seção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo, no qual obteve medida liminar que suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo CADE, até final ou ulterior deliberação daquele juízo. Isso nos fez reavaliar nossa posição em relação aos convênios e cooperativas, pois a decisão do CADE interfere diretamente na possibilidade de negociação entre essas empresas e as entidades representativas dos profissionais. É preciso que discutamos amplamente tanto com os psicólogos, como com entidades representativas de profissionais da área de saúde (fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e outros) a fim de avaliarmos possíveis ações conjuntas.

O CRP SP e o Sindicato dos Psicólogos estarão agendando, ainda para o segundo semestre deste ano, uma série de reuniões com representantes dessas entidades e com os psicólogos que trabalham com convênios e cooperativas para qualificarmos nossa discussão em função de um posicionamento comum em relação à ampliação do mercado de trabalho e à manutenção da qualidade técnica e ética do trabalho do psicólogo. ●

## Agosto

- [14 a 17] **Freud: Psicanálise, Cultura e Judaísmo. 100 anos de História.**  
Realização: "A Hebraica", São Paulo.  
Local: Salão Adolpho Block da Assoc. Bras. "A Hebraica" de SP, Rua Hungria, 1000, São Paulo, SP.  
Informações: (11) 3818-8888.
- [25] **Videoclube CRP SP**  
**filme: "Uma Janela para a Lua"**  
**tema: O psicólogo e a Multiprofissionalidade.**  
Comentários de Renata Caiaffa, psicóloga, psicanalista e profa. do Inst. Sedes Sapientiae e Ana Luíza Aranha e Silva, enfermeira do Centro de Atenção Psicossocial (Capes/Itapeva). Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- [25 a 27] **II Jornada Paulista de Gestalt. Tema: "Ficar, namorar, casar... e o amor".**  
Organização: Inst. Sedes Sapientiae.  
Local: Rua Ministro Godoy, 1.484, São Paulo, SP. Horário: 9h00 às 18h00.  
Informações: (11) 3873-2314.
- [26] **Questões Éticas Atuais – Pesquisas com Seres Humanos, Internet, Homossexualidade, sob a perspectiva do Código de Ética do Psicólogo**  
Coordenação: Comissão de Ética do CRP SP. Local: Auditório do CRP SP. Horário: 9h00 às 18h00.
- [31] **Debate: "Violação de Direitos: Exploração Sexual, Violência Doméstica, Trabalho Infantil".**  
Local: Auditório da OAB, Rua Cavaleiro Torquato Rizzi, 215, Ribeirão Preto, SP. Horário: 14h00 às 17h00. Informações: (16) 620-1377, e-mail: ribeirao@crpsp.org.br
- [31] **Reunião Aberta da Comissão de Esporte do CRP SP.**  
Convidada: Gisela Sartori, psicóloga do esporte. Horário: 20h00. Local: Auditório da Sede do CRP SP

## Setembro

- [2] **Encontro Regional "Psicologia e Realidade Brasileira: Trans-formação".**  
Organização: ABEP e CRP SP.  
Local: Auditório da Sede do CRP SP. Horário: 9h00 às 18h00.
- [2] **Fórum Estadual da Luta Antimanicomial.**  
Coordenação: Comissão de Saúde do CRP SP. Local: Sede do CRP SP. Horário: das 10h00 às 13h00.
- [13 a 16] **I Conferência Internacional de Terapia Cognitiva**  
Organização: Assoc. Brasileira de Psicoterapia Cognitiva, ABPC.  
Local: Teatro Objetivo, Campus Luís Góes da UNIP.  
Informações: (19) 33295 7757  
email: itcserra@correionet.com.br
- [14] **Projeto Negritude – Preconceito e Violação dos Direitos Humanos**  
Coordenação: Comissão de Direitos Humanos do CRP SP. Horário: às 20h00. Local: Auditório da Sede do CRP SP.

- [15] **Videoclube CRP SP**  
**filme "O Jogo de Emoções"**  
**tema: O Envolvimento em Debate.**  
Comentários de Maria Paula Magalhães de Oliveira, psicóloga e coord. do Grupo de Jogo Patológico de Programa de Álcool e Drogas/Unifesp-ETM e Márcia Bragante, psicodramatista e doutoranda em Psicologia Clínica da PUC SP. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- [15 a 17] **I Encontro Nacional da Abep "Psicologia e Realidade Brasileira: Trans-formação".**  
Organização: Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, Abep, e CRP-04.  
Local: Campus da UFMG, Belo Horizonte, MG.  
Informações: (61) 328-1814.
- [21] **Projeto Negritude – Capitalismo e Barbárie**  
Coordenação: Comissão de Direitos Humanos do CRP SP. Horário: 20h00. Local: Auditório da Sede do CRP SP
- [28] **Reunião Aberta da Comissão de Esporte do CRP SP.**  
Convidada: Luciana Ferreira Angelo, psicóloga do esporte. Horário: 20h00. Local: Auditório da Sede do CRP SP
- [28] **Debate: "Medidas de Proteção e Abrigo".**  
Realização: Subsede Rib. Preto do CRP SP. Local: Auditório da OAB. Rua Cavaleiro Torquato Rizzi, 215, Ribeirão Preto, SP. Horário: 14h00 às 17h00. Informações: (16) 620-1377 e-mail: ribeirao@crpsp.org.br
- [29] **Videoclube CRP SP**  
**filme "Um Skinhead no Divã"**  
**tema: Limites da Clínica.**  
Comentários de Sandra Arruda Grostein, psicóloga, psicanalista e membro da Escola Brasileira de Psicanálise e Luiz Alberto Hanns, psicólogo, doutor em Psicologia Clínica e prof. da Pós-Graduação da USP. Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.

## Outubro

- [7] **IV Encontro do Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica do Inst. de Psicologia da USP, com o título "Psicoterapia Psicanalítica e Contemporaneidade".**  
Coordenação: prof. titular Ryad Simom. Local: FAU, Rua do Lago, 876, Cid. Universitária, São Paulo, SP. Horário: das 8h00 às 18h00.  
Informações: (11) 3818-4910.
- [25 a 29] **VII Congresso Internacional de Gestalt.**  
Local: Hotel Glória, Rio de Janeiro, RJ.  
Informações: Congrex do Brasil (21) 509-4080, fax: (21) 509-1492, email: congrex@ax.apc.org

## Atenção

Os eventos do CRP SP são realizados no Auditório da sede, à Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América, São Paulo, SP. Informações: (11) 3061 9494, e-mail: info@crpsp.org.br site: www.crpsp.org.br

## Prêmio homenageia Hélio Pellegrino

O CFP instituiu o prêmio monográfico "Hélio Pellegrino – Psicologia Clínica: Dimensões Éticas e Políticas" em homenagem ao psicanalista que é considerado um símbolo da Psicologia brasileira. O prêmio é dividido em duas categorias: uma para psicólogos regularmente inscritos nos CRPs e outra para estudantes de Psicologia. Os trabalhos, em língua portuguesa, devem tratar do tema "Psicologia Clínica: Dimensões Éticas e Políticas" e não podem ultrapassar 20 laudas. A premiação para cada categoria é a seguinte: R\$ 2500,00 para o 1º lugar; R\$ 1000,00 para o 2º lugar; R\$ 500,00 para o 3º lugar. Prazo para entrega dos trabalhos: 31 de janeiro de 2001. Os resultados serão divulgados até o dia 31 de março. Informações: (61) 328-1814, e-mail federal@psicologia-online.org.br ou no site www.psicologia-online.org.br

## Psicopedagogia: especialização não é profissão

No último dia 28 de junho, o projeto de lei nº 3.124-A/97 que propõe a regulamentação da profissão do psicopedagogo entrou na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara. Porém, a votação foi adiada devido ao pedido de vistas feito pelos deputados João Matos (PMDB-SC) e Osvaldo Biolchi (PMDB-RS). A matéria voltou à pauta após o recesso parlamentar, mas a votação deve ocorrer após outubro devido às eleições municipais. O CFP e o CRP SP são contrários à aprovação dessa lei, pois é consenso que a psicopedagogia já é uma especialidade desenvolvida por psicólogos e por pedagogos, sendo portanto despropositada a criação de uma profissão para os profissionais que atuam na área. Você pode participar da campanha contra a criação da profissão de psicopedagogo manifestando seu apoio ao deputado Professor Luizinho (PT/SP), favorável à posição do CFP. Envie sua mensagem para o fax (61) 318-2404 ou e-mail dep.professorluizinho@camara.gov.br. e também para a deputada Marisa Serrano (PSDB/MS), relatora do projeto, no fax (61) 318-2237 ou no e-mail dep.marisaserrano@camara.gov.br.

## pSicologia, ação para tRansfOrmar

Juntamente com este jornal você está recebendo um adesivo para automóvel com o slogan da Semana do Psicólogo 2000: "Psicologia, ação para transformar". Participe da programação comemorativa de 27 de agosto, Dia do Psicólogo, na sede, Capital, ou na subsede do CRP SP de sua região no Interior do Estado. Teremos debates, videoclubes, oficinas e muito mais. Em breve você receberá o *folder* com a programação completa, de 21 a 27 de agosto. Fique de olho e não perca!

